

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno.

Natal/RN/2012

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	6
Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067	10
INTRODUÇÃO	18
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	19
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	19
2. Objetivos e metas institucionais	20
2.1 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	20
2.1.1- Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	20
2.1.2Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	21
2.1.3Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	22
2.1.4Divisão de Gestão Administrativa.....	23
2.2 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	24
2.2.1Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	24
Principais ações do Programa.....	25
2.2.2Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	46
Principais Ações do Programa.....	47
2.2.3Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	73
Principais Ações do Programa.....	74
2.2.4Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	85
Principais Ações do Programa.....	86
2.2.5Programa 1120 – Paz no Campo.....	89
Principais Ações do Programa.....	90
2.2.6Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	92
Principais Ações do Programa.....	93
2.2.7Programa 1350 – Educação no Campo.....	98
Principais Ações do Programa.....	99
2.2.8Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	103
Principais Ações do Programa.....	103
2.2.9Programa 0750 – Apoio Administrativo	109
Principais Ações do Programa.....	109
2.2.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas.....	113

2.3	Desempenho Orçamentário/Financeiro	115
2.3.1	Programação Orçamentária da Despesa	115
2.3.2	Programação de Despesas Correntes	115
2.3.3	Programação de Despesas de Capital	116
2.3.3.1	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	117
2.3.3.2	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	118
2.3.4	Execução Orçamentária da Despesa	120
2.4	Indicadores Institucionais	130
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	144
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	145
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	146
5.1	.Composição do Quadro de servidores ativos	146
5.2	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	150
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	151
5.4	- Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	152
5.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	156
6.	Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência	158
	Análise Crítica.....	162
7.	Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv	164
8.	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	165
	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	166
9.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	168
10.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	170
10.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	170
	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	172
11.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	174
12.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	176
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....	176
14.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	177
	Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	177

15. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações: 177
16. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação..... 177

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	19
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado	113
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	115
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.	115
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.	116
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.	117
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	121
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	146
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	147
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	148
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011	149
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011	149
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011	150
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011	150
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários	151
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	152
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	161
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	162
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	164
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	165
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	166
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis	168
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	170
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.	171
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	172
Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo pó UG e por Portador	174
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	175
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	176

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

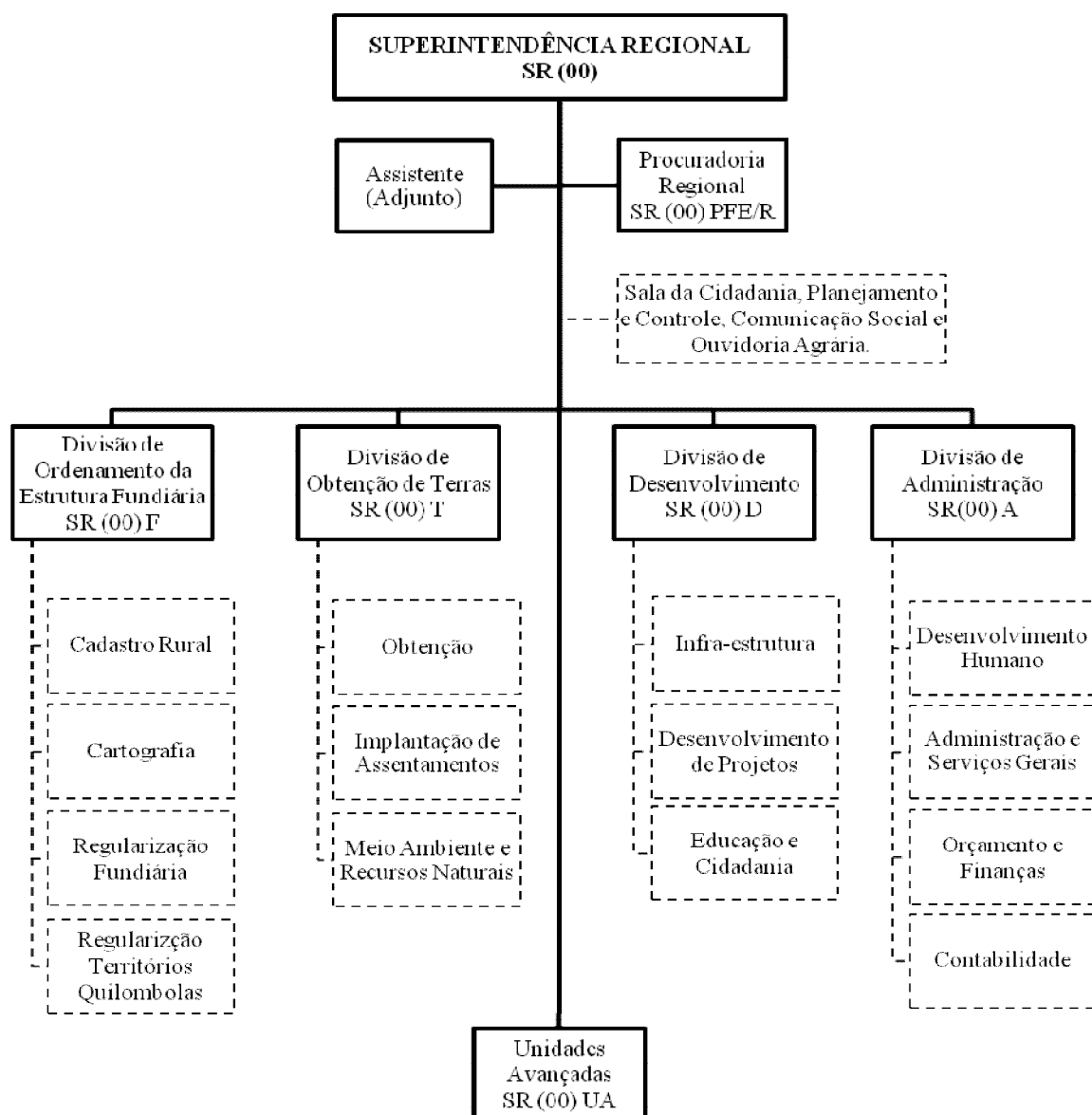
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/20067



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima **foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009**, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de

licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA

objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e

acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as

prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU Nº 108 de novembro de 2010, o Relatório de Gestão 2011 Individual do INCRA vem apresentar à sociedade as ações e dispêndios de gastos na implementação e desenvolvimento da Política de Reforma Agrária.

A Reforma Agrária tem por objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição de terra de sua função social, porém neste Relatório de Gestão não se trata de esmiuçar o tema, refere-se à responsabilidade que deve permear todos os gestores que têm em suas atribuições gerir receitas e despesas públicas.

Conforme a Lei Nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, “ a *responsabilidade na gestão... pressupõe a ação planejada e transparente, em se que previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.*”

Na perseguição dos seus objetivos, atingimento de metas e resultados, necessário se faz cometer despesas, porém a forma como esta despesa retorna para o Patrimônio Pública é o que irá determinar se este cometimento da despesa alcançou o resultado esperado.

Na aplicação de recursos em Reforma Agrária algumas mensurações são difíceis de serem realizadas: como aferir o quanto vale retirar da “linha abaixo da pobreza” famílias inteiras? Famílias sem condições de auto-sustentabilidade. Como taxar o valor da cidadania? Como medir as condições sociais proporcionadas às pessoas que antes de serem assentadas eram totalmente desprovidas de habitação, alimentação, educação e condições de trabalho?

Neste, Relatório de Gestão do ano de 2011, será apresentada a busca desta Superintendência Regional, através de seus gastos (despesas) e execução de metas estabelecidas no Plano Plurianual em ofertar condições de cidadania aos usuários da Política Nacional de Reforma Agrária.

PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Rio Grande do Norte			
Denominação abreviada: SR/19			
Código SIORG: 17125	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373046	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(84) 4006-2122	(84) 4006 2136	(84) 4006 2195
Valmir.alves@ntl.incra.gov.br ; erlon.fernandes@ntl.incra.gov.br			
www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Potengi, 612, Petrópolis, CEP 59020-030 , Natal/RN			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
1970 – Decreto Lei nº 1.110 – Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
2006 – Decreto Lei nº 5.735 – Aprova a Estrutura Regimental do INCRA			
2006 – Portaria nº 63/06 – Aprova o Regimento Interno do INCRA			
2009 – Decreto Lei nº 6.812 – Aprova a Nova Estrutura Regimental do INCRA			
2009 – Portaria nº 20/09- Aprova o Regimento Interno do INCRA			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373046	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não tem	Não tem		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.1.1 - Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – SR-19/RN, ao longo do exercício de 2011, implementou seu plano de trabalho com ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, de Cartografia, de Georreferenciamento e Regularização de Imóveis Rurais e de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescente de Quilombola, Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescente de Quilombos.

No Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural para cumprir as metas previstas, teve como dificuldades o insuficiente número de servidores qualificados para executar o trabalho de análise cadastral. Para contornar essa deficiência, renovamos um maior número de Termos de Cooperação Técnica com as prefeituras, pois a descentralização na captação de cadastros gerou um maior número de atualizações no SNCR. Reforçamos também as implantações dos cadastros recebidos pela SEARA – Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária através do convênio CRT 21.000.

O Serviço de Topografia tem como função principal apoiar as demais divisões da Superintendência, as causas solicitadas pela justiça e certificações das peças técnicas recepcionadas pela superintendência em cumprimento a Lei 10.267/2001. Tendo-se observado dificuldade na execução das tarefas em virtude necessidade de renovação dos equipamentos e também pelo reduzido número de servidores, pois dois destes profissionais ficaram a disposição de outras SR's praticamente durante todo o ano por ordem da Presidência do INCRA.

Para Georreferenciamento e Regularização de imóveis rurais foi adotada a modalidade de Convênio com o Órgão de Terras do Estado, em nosso estado a SEARA, com o objetivo de levantamento topográfico e cadastral dos imóveis rurais localizados nos municípios banhados pela bacia do Rio Piranhas e Mossoró. A SEARA apresentou dificuldades na execução dos trabalhos limitando os resultados, tanto de georreferenciamento, quanto de Regularização. As diversas mudanças de Secretários de Estado geraram recomposição em toda a equipe de Recursos Humanos da SEARA, também, motivaram atrasos na emissão de títulos de terra e no trabalho de cadastramento dos imóveis.

É necessário lembrar que os procedimentos para a titulação de territórios quilombolas ainda encontram-se em fase de discussão e construção institucional dada a sua recente introdução na pauta governamental para garantia dos direitos constitucionais quilombolas. Mesmo diante de diversas dificuldades tivemos grande avanço, pois seis processos de desapropriação foram ajuizados em relação ao quilombo de Jatobá, localizado no município de Patu/RN. Vários processos referentes a outras comunidades estão em andamento, mas tendo em vista que as situações na realidade são muito heterogêneas e muitas vezes não encontraram resolução na norma legal, ocasionando um andamento processual muito lento. Sendo assim, em 2011 as atividades de competência do Setor de Regularização de Territórios Quilombolas (Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescente de Quilombola; Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos) – pela natureza do processo de titulação de territórios quilombolas, que consiste em um conjunto de procedimentos e atividades muito complexos, com sucessivas etapas encadeadas entre si. Mesmo assim vários processos tiveram resoluções de algumas questões jurídicas e avançaram algumas etapas.

2.1.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

À Divisão de Obtenção de Terras - SR19/T compete, por força regimental, coordenar e supervisionar, dentre outras, a execução das seguintes atividades:

Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desinversão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Nesse contexto, busca atender aos princípios institucionais da Autarquia de democratização do acesso a terra, de forma a permitir o atendimento da demanda social. A Obtenção de Terras é uma das principais ações desenvolvidas no âmbito desta divisão que, no Estado do Rio Grande do Norte, tem se pautado em duas vertentes: a obtenção onerosa de áreas rurais por meio de desapropriação de terras, para fins de Reforma Agrária, com vistas à implantação de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra e, com o mesmo fito, a retomada de lotes vagos e conseqüente substituição de famílias. No tocante à ação de obtenção onerosa de terras, é importante salientar que, no Rio Grande do Norte, vem ocorrendo significativa redução no volume de terras disponíveis a esse processo. Em contrapartida, o incremento e a priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, vêm proporcionando um melhor direcionamento de recursos para estas ações. Por sua vez, a retomada de lotes vagos, que vem se apresentando como um significativo procedimento de obtenção, não onerosa, além de se constituir numa ação moralizadora, possibilita a inclusão de um grande contingente de novas famílias ao Programa de Reforma Agrária, as quais acessam, em condições favoráveis, haja vista que já dispõem de moradia e da infraestrutura básica já ofertada ao assentamento.

As ações inerentes ao meio-ambiente, também merecem o seu devido destaque na atuação institucional da Divisão de Obtenção de Terras, meio aos desafios vigentes. No ano de 2008, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo o INCRA/RN o Ministério Público Federal, o IBAMA- Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis/RN e o IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com o objetivo de ajustar a conduta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –

INCRA/RN e demais compromissados, às exigências legais referidas na Lei nº. 6.938/81, notadamente ao disposto em seu art. 10, o qual exige o licenciamento prévio pelo órgão ambiental competente para atividades que utilizam recursos naturais, que têm potencial poluidor ou que possam degradar o meio ambiente, bem assim ao contido na Resolução/CONAMA, nº. 237/1997 e Resolução/CONAMA nº. 387/2006, as quais tratam dos procedimentos de licenciamento, inclusive nos projetos de assentamentos de reforma agrária, com estabelecimento de metas de Licenciamento, até o ano de 2011, a qual, até o presente, esta Superintendência vem cumprindo em sua íntegra. As realizações pertinentes, consideradas amplamente plausíveis, no contexto Nacional, constam no bojo do presente relatório.

Em 2011, um dos grandes empecilhos enfrentados à consecução das metas programáticas, especialmente relativa à obtenção de terras via desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, foi a dificuldade operacional causadas na obediência ao Decreto nº7446/2011, que criou obstáculos burocráticos na liberação de diárias para a execução da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, eminentemente de campo, legalmente subordinada à prévia comunicação a cada proprietário, portanto com necessidade da devida previsibilidade.

A escassez de equipamentos de informática, como impressoras e seus componentes (cartuchos), além da falta (para alguns servidores) ou do uso de outros equipamentos em fase de obsolescência, a exemplo de computadores velhos e lentos, embora não venha à baila, há muito prejudica o bom rendimento dos trabalhos de obtenção, requerendo a especial atenção que a administração moderna exige.

2.1.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

As ações pertinentes à Divisão visam ao desenvolvimento e à recuperação dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Para tanto, as ações coordenadas por essa Divisão buscam solucionar os problemas estruturais que dificultam a instalação e a permanência das famílias (moradia, água, energia, estradas), bem como atua na perspectiva de ofertar serviços essenciais ao desenvolvimento produtivo das mesmas, através da oferta de serviços de assessoria técnica (ATES), capacitação e formação profissional (PRONERA), crédito instalação (nas suas diversas modalidades), possibilitar o acesso ao PRONAF e agregação de valor à produção (Terra Sol), dentre outras.

A ação adotada por essa Divisão materializa-se a partir de duas vertentes, a saber: a implantação de novos assentamentos e a recuperação dos antigos (anteriores a 2003). Em ambos os casos buscando sempre estabelecer parcerias com outros entes (Prefeituras Municipais, Governo do Estado, instituições federais e Organizações Não-Governamentais) de modo a potencializar e a incrementar a ação deste órgão.

Nesse sentido, no exercício de 2011 a ação crédito de instalação foi responsável por mais de 40% do orçamento disponibilizado à Superintendência. Com o objetivo de melhorar a participação na aplicação desse crédito, a Divisão de Desenvolvimento adotou como procedimento a discussão com os representantes dos assentamentos e dos movimentos sociais para avaliar conjuntamente, através de reuniões no Gabinete, quais assentamentos que carecem de intervenção mais urgente, com o intuito de solucionar as questões limitantes à produção e a uma melhor qualidade de vida das famílias assentadas. Nesse aspecto, ressalte-se também a criação da Comissão de Análise de Processos de Concessão de Crédito de Instalação, instituída 07 de novembro de 2011. A criação

dessa Comissão demonstra que a nova gestão desta Superintendência tem como foco melhorar o processo de acompanhamento, monitoramento e prestação de contas de todas as modalidades do Crédito Instalação. No caso específico de reforma/ampliação das moradias, o critério utilizado foi o estágio atual das mesmas e o ano de construção. Procedimento semelhante foi adotado no planejamento e execução de ações de infraestrutura, as quais tiveram como foco principal a resolução do problema de abastecimento hídrico dos projetos de assentamento a partir do diagnóstico da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente (SEMARH). De acordo com esse estudo, 50% dos assentamentos encontram-se numa situação classificada como muito boa/ótima, 16% numa situação moderada e 34% numa situação grave ou muito grave. A partir desse estudo foram celebrados Convênios com a própria Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente (SEMARH) em 2007, além da Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Pecuária – SAPE (2008) e Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), também em 2008.

A prioridade da ação da Superintendência Regional no ano de 2011 nesse quesito, tem sido os assentamentos incluídos nessa última categoria, ou seja, que apresentam situações de risco hídrico muito elevada. Por fim, merece destaque as ações de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES. Nesse sentido, foi realizada Chamada Pública para o conjunto das áreas que não dispõem desse serviço. Infelizmente, em função dos problemas na apresentação de documentação, não se atingiu o resultado esperado. Quanto ao Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária - PRONERA estão sendo elaborados Convênios para implementação de novos cursos, incluindo uma proposta de residência agrária, com intuito de possibilitar formação superior a assentados da Reforma Agrária, o que deverá ser concretizado em 2012. Em suma, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Estado do Rio Grande do Norte buscou otimizar o uso de seus recursos humanos, materiais e orçamentários para atender e solucionar os problemas de maior gravidade nas áreas de assentamento, onde através de suas ações estruturantes, promoveu um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para a manutenção de seus programas, incentivou projetos que potencializassem a produção e a comercialização dos produtos oriundos de assentamentos rurais, concretizou a contratação de empresas para a prestação de serviços de ATES a aproximadamente metade das famílias assentadas no RN, trabalhou para a conclusão e encerramento dos convênios firmados em exercícios anteriores (PRONERA, PAC, TERRA SOL, etc.), isto, sempre focada num melhor desempenho da Instituição perante nossa responsabilidade para com as famílias assentadas do Rio Grande do Norte.

2.1.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão Administrativa adotou como estratégia de atuação para o ano de 2011 o desafio de ser suporte operacional para as demais divisões, estabelecendo desta forma o desafio constante de estar otimizando as condições humanas e técnicas da Superintendência Regional, em busca de promover condições adequadas para que os objetivos e metas estabelecido fossem alcançados.

Para tanto o conceito de “economicidade” na Administração Pública somada à eficiência, foi o vetor norteador de todas as práticas administrativas seguidas no corrente ano. Em função desta adoção de valores conceituais, foi consignada a prática de licitações através de Pregões eletrônicos, mesclando a proposta mais vantajosa, segura e com o menor dispêndio de custo administrativo.

Na seara dos contratos administrativos, gerenciamos 35 (trinta e cinco) contratos administrativos, desenvolvendo gestão com pessoal (terceirizados administrativos, segurança/vigilância, serviço de limpeza), controle com manutenção preventiva e corretiva de

veículos, manutenção da sede (água, energia elétrica, telefonia móvel e fixa), abastecimento de veículos e capacitação de seus recursos humanos.

Necessário discorrer sobre o nosso quadro de servidores lotados na Divisão Administrativa que corresponde a 23,7% do total dos servidores lotados na Superintendência Regional, incluso neste percentual os motoristas, o nos coloca em um quadro de excesso de atividades administrativas a serem desempenhadas por um número exíguo de servidores.

No exercício 2011, houve significativo empenho desta Divisão no que concerne aos procedimentos relativos à mudança para a nova sede do INCRA/RN. Assim, foi efetuado o contrato para os serviços de instalação da rede lógica e elétrica estabilizada, contrato para execução dos serviços de obra de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, contrato para aquisição e montagens de divisórias e, ainda, todos os procedimentos para licitação para manutenção do piso elevado e energia elétrica.

No que concerne aos convênios, foi constituído Grupo de Trabalho, através da Ordem de Serviço nº60/2011/INCRA/SR-19/G, de 13/09/2011, decorrência do Acórdão Nº 578/2010 – Plenário/TCU, para dar prosseguimento às tarefas de análise e encaminhamentos relativos aos Convênios expirados e ainda na Situação de A Aprovar e A Comprovar.

Tendo sido identificados de 47 (quarenta e sete) convênios na situação descrita e com prazo para análise e apresentação de prestação de contas expirado, desta forma foram apreciados 52% dos processos vencidos com as conclusões e encaminhamentos efetivadas pelo Grupo de trabalho.

Por fim, cumpre destacar que os resultados alcançados devem ser compatibilizados num contexto institucional de muita instabilidade inicial, mormente pela demora na substituição de uma grande parte dos gestores nas diversas divisões desta autarquia, sendo de bom alvitre destacar que a nomeação do novo superintendente somente ocorreu no mês de julho, seguindo-se as demais designações da nova equipe de colaboradores posteriormente a esta data.

2.2 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.2.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.2.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família	210	225	0	225	107%	0

Fonte: Relatório do SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
21.864,00	12.141,00	12.007,12	98,89%	11.976,92	98,64%	11.976,92	98,64%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Os resultados alcançados com a Ação Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária estão diretamente relacionados com a disponibilidade de terras para obtenção (onerosa) e com a retomada de lotes em projetos criados (obtenção não onerosa).

No Estado do Rio Grande do Norte, a disponibilidade de terras para obtenção, via desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, ou por Aquisição, vem obedecendo a uma curva de declínio muito acentuado, a exemplo do que demonstra o **Gráfico I** (referente à Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária / Projetos/RN, até 1994 e de 1995 a 2009), haja vista o significativo número de projetos de assentamento já criados (285), restando áreas menos passíveis de desapropriação, nas condições de médias propriedades, grandes propriedades produtivas ou sem o potencial agrônomo para a criação de projetos de assentamento.

No exercício de 2011, três processos de desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, relativos aos imóveis: Pedro Segundo, Alto do Oriente e Santa Maria, tecnicamente aptos para serem levados a ajuizamento naquele ano, tiveram empecilhos de ordem judicial e de pendências fora da nossa governabilidade para suprimento na documentação processual, malogrando a obtenção dos mesmos e o conseqüente assentamento de famílias através de obtenção onerosa, restando como opção (se liberados) para a meta de 2012. Mesmo assim, depreende-se que a meta alcançada em 2011, com o Cadastro e Seleção de 225 famílias (conforme Quadro I) deve ser considerada excelente, mormente por todos os esforços utilizados para a sua consecução e por ter excedido, no âmbito da Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária, a meta programada em 7%, contemplando a Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela SR/19, apenas 98,64% da Despesa Liquidada.

Quadro I



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE
ASSENTAMENTO - DT
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA

Sistema: SIPRA
 Fonte: SDM
 Usuário:
 Relatório: Rel_022
 Data: 21/03/2012

Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SR (19)

Código do Projeto	Projeto	Município	Ano de Criação	Capacidade	Número de Famílias por Trimestre					Total
					I	II	III	IV		
RN0011000	PA FAZENDA PALHEIROS	ACU	1.987	354	-	-	-		19	19
RN0012000	PA FAZENDA HIPOLITO	MOSSORO	1.987	137	-	-	-		16	16
RN0021000	PA BAIXA DO DUTRA	UPANEMA	1.991	33	-	-	-		1	1

RN0023000 PA CATINGUEIRA	BARAUNA	1.991	45	-	-	-	1	1
RN0024000 PA LORENA	MOSSORO	1.992	41	-	-	2	-	2
RN0026000 PA BOA SORTE	JOAO CAMARA	1.992	51	-	-	-	2	2
RN0031000 PA ZABELÊ	TOUROS	1.993	337	-	1	-	1	2
RN0053000 PA CABELO DE NEGRO	MOSSORO	1.995	96	-	-	-	1	1
RN0060000 PA ESPERANÇA	UPANEMA	1.996	76	-	-	-	2	2
RN0062000 PA PIRANGI	GALINHOS	1.996	104	-	-	-	1	1
RN0068000 PA AREIAS	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.996	35	-	-	-	2	2
RN0069000 PA SANTA PAZ	GUAMARE	1.996	55	-	-	1	-	1
RN0071000 PA BARBAÇO	JAPI	1.996	211	-	-	-	1	1
RN0072000 PA SANTA CLARA	BARAUNA	1.996	12	-	-	-	6	6
RN0073000 PA PALESTINA	SANTANA DO MATOS	1.996	97	-	1	-	-	1
RN0074000 PA BRINCO DE OURO	JOAO CAMARA	1.996	82	-	-	1	-	1
RN0075000 PA RECREIO	MOSSORO	1.996	73	-	-	-	3	3
RN0076000 PA ARIZONA	TOUROS	1.996	180	-	-	-	3	3
RN0077000 PA SERRA VERDE	JOAO CAMARA	1.996	42	-	-	-	1	1
RN0078000 PA XOÁ	JOAO CAMARA	1.996	66	-	-	-	1	1

RN0081000 PA BOCA DO CAMPO	PEDRA GRANDE	1.997	55	-	-	1	-	1
RN0082000 PA RONDA	TANGARA	1.995	102	-	-	-	2	2
RN0084000 PA PEDRA BRANCA	SAO PAULO DO POTENGI	1.997	39	-	-	1	-	1
RN0085000 PA AURORA DA SERRA	APODI	1.997	58	-	-	-	1	1
RN0093000 PA UNIÃO	BARCELONA	1.997	29	1	-	-	1	2
RN0096000 PA LAGOA VERMELHA	UPANEMA	1.997	34	-	-	-	2	2
RN0101000 PA ALTO DA FELICIDADE	PENDENCIAS	1.997	364	-	-	-	1	1
RN0102000 PA QUILOMBO DOS PALMARES	TOUROS	1.997	300	-	-	3	-	3
RN0103000 PA LAGEADO	JOAO CAMARA	1.997	41	-	-	1	-	1
RN0111000 PA POÇO NOVO	BARAUNA	1.997	200	-	-	-	8	8
RN0112000 PA BOM LUGAR	UPANEMA	1.997	150	-	-	-	5	5
RN0131000 PA REMÉDIO	UMARIZAL	1.998	50	-	-	-	4	4
RN0137000 PA ESPÍRITO SANTO	CEARA-MIRIM	1.998	130	-	1	-	-	1
RN0141000 PA ROSÁRIO	CEARA-MIRIM	1.998	120	-	-	1	2	3
RN0142000 PA NOVA VIDA II	MAXARANGUAPE	1.998	100	-	-	-	1	1
RN0144000 PA MONTE ALEGRE	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.998	160	-	-	1	-	1
RN0145000 PA SANTO ANTÔNIO	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	1.998	39	-	-	1	-	1

RN0152000 PA NOVA DESCOBERTA	CARNAUBAIS	1.998	130	-	-	-	3	3
RN0154000 PA BAIXA DO NOVILHO	JOAO CAMARA	1.999	60	-	-	1	-	1
RN0156000 PA SURUBIM	POCO BRANCO	1.999	45	-	2	1	-	3
RN0157000 PA ACAUÃ	SANTANA DO MATOS	1.999	40	-	-	-	1	1
RN0163000 PA CANADÁ	BENTO FERNANDES	1.999	60	-	-	-	2	2
RN0167000 PA SÃO SEBASTIÃO	IELMO MARINHO	1.999	240	-	-	1	2	3
RN0170000 PA NOVA TRAPIÁ	ACU	1.999	80	-	-	11	10	21
RN0176000 PA SERRANO	LAGOA NOVA	1.998	68	-	-	-	2	2
RN0178000 PA 1º DE MAIO	CARAUBAS	1.999	65	-	-	1	-	1
RN0183000 PA CANTO DAS PEDRAS	CARNAUBAIS	1.999	20	-	-	-	1	1
RN0203000 PA GONÇALO SOARES	SAO JOSE DE MIPIBU	2.000	44	-	-	-	2	2
RN0209000 PA 8 DE MARÇO	CARAUBAS	2.000	32	-	-	-	1	1
RN0221000 PA SANTA TEREZA	BENTO FERNANDES	2.001	21	-	1	-	-	1
RN0224000 PA CARACAXÁ	MACAIBA	2.001	60	-	-	-	1	1
RN0230000 PA BOA FÉ	MOSSORO	2.001	40	-	-	1	-	1
RN0231000 PA SABIÁ	UPANEMA	2.001	65	-	-	-	1	1
RN0232000 PA SÃO MANOEL II	UPANEMA	2.001	65	-	-	-	2	2

RN0234000 PA SÃO SEBASTIÃO III	UPANEMA	2.001	65	-	-	-	8	8
RN0238000 PA BOM TRABALHO	PARAZINHO	2.001	40	-	-	1	-	1
RN0242000 PA SÃO ROMÃO	MOSSORO	2.001	123	-	-	1	2	3
RN0244000 PA JERUSALEM	TAIPU	2.001	80	-	-	1	-	1
RN0245000 PA SÃO FRANCISCO II	PARAZINHO	2.001	23	-	-	-	1	1
RN0250000 PA MARIA DA PAZ	JOAO CAMARA	2.003	45	-	-	1	-	1
RN0251000 PA ZUMBI DOS PALMARES	MACAIBA	2.003	12	-	-	1	-	1
RN0252000 PA MARGARIDA ALVES	MACAIBA	2.003	80	-	-	1	-	1
RN0254000 PA PLANALTO DO RETIRO	TOUROS	2.003	70	-	-	-	1	1
RN0257000 PA TIMBÓ	ESPIRITO SANTO	2.004	29	-	-	1	-	1
RN0262000 PA BOA ESPERANÇA	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	2.004	50	-	-	1	2	3
RN0264000 PA PAULO FREIRE	MOSSORO	2.003	60	-	-	-	2	2
RN0269000 PA RESISTÊNCIA POTIGUAR	CEARA-MIRIM	2.005	43	-	-	1	-	1
RN0278000 PA MAISA	MOSSORO	2.004	1.150	-	-	3	-	3
RN0279000 PA NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ	MOSSORO	2.004	190	-	-	1	-	1
RN0284000 PA QUILOMBO DOS PALMARES II	MACAIBA	2.005	47	-	-	1	-	1
RN0287000 PA VITORIA	BARAUNA	2.005	35	-	-	1	3	4

RN0289000 PA PEDRO EZEQUIEL DE ARAÚJO	IPANGUACU	2.005	529	-	-	-	4	4
RN0295000 PA RONALDO VALÊÇA	AUGUSTO SEVERO	2.006	47	-	-	-	3	3
RN0297000 PA NOVA ALIANÇA	POCO BRANCO	2.007	52	-	-	-	2	2
RN0306000 PA - BRILHO DO SOL	PORTO DO MANGUE	2.008	128	-	-	1	5	6
RN0307000 PA PEQUENA VANESSA	SENADOR ELOI DE SOUZA	2.008	33	-	-	-	1	1
RN0308000 PA - ROSA LUXEMBURGO	CARNAUBAIS	2.009	70	-	-	-	1	1
RN0310000 PA - CARLOS MARIGHELLA	IELMO MARINHO	2.009	35	-	-	1	-	1
RN0312000 PA MARIA DAS GRAÇAS	JOAO CAMARA	2.010	45	-	-	5	-	5
RN0313000 PA MARIA DAS GRAÇAS II	SENADOR ELOI DE SOUZA	2.010	23	-	-	5	1	6
RN0315000 PA RIACHO DO MEIO	SERRA CAIADA	2.010	40	-	-	10	-	10
Total da Superintendência : 81 Projetos			8.377	1	6	66	152	225

2.2.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	hac	17.000	1.729,53	2.883,10	4.612,63	27,13%	12.387,37

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
104.000,00	81.577,00	81.405,08	99,78%	78.167,48	95,82%	78.167,48	95,82%

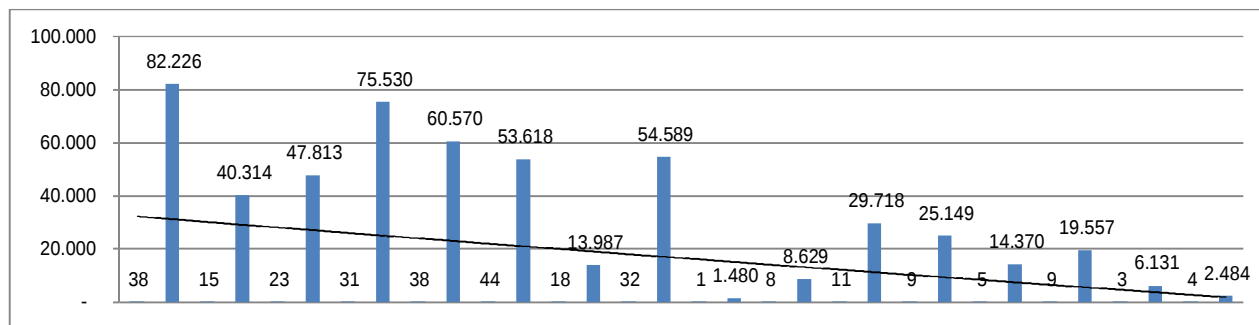
Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Os resultados alcançados com a Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais estão diretamente relacionados com a disponibilidade de terras para obtenção (onerosa). Por conseguinte, reiteramos que, no Estado do Rio Grande do Norte, a disponibilidade de terras para obtenção, via desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, ou por Aquisição, vem obedecendo a uma curva de declínio muito acentuado, a exemplo do que demonstra o **Gráfico I** (referente à Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária / Projetos/RN, até 1994 e de 1995 a 2009), haja vista o significativo número de projetos de assentamento já criados (285), restando áreas menos passíveis de desapropriação, nas condições de médias propriedades, grandes propriedades produtivas ou sem o potencial agrônomo para a criação de projetos de assentamento.

Nesse contexto, e, sobretudo, em face das dificuldades operacionais causadas na obediência ao Decreto Nº 7.446/2011, que criou obstáculos burocráticos na liberação de diárias para a execução da ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, eminentemente de campo, legalmente subordinada à prévia comunicação a cada proprietário, portanto com necessidade da devida previsibilidade, os trabalhos ficaram efetivamente prejudicados. Em face do exposto, no que pese a busca para o equilíbrio na execução da Programação/2011, esta foi sensivelmente prejudicada, de forma que a meta física realizada (4.612,6300ha.) alcançou apenas 27,13% da meta programada (17.000ha.), contemplando 2.883,1000ha, relativos a vistorias para levantamento de dados e informações (Vistorias Preliminares), iniciadas em 2010 e concluídas em 2011, 590, 5300ha relativos a vistorias para levantamento de dados e informações (Vistorias Preliminares), iniciadas 2011 e concluídas em 2011 e 1.139,0000ha, relativos a vistorias para levantamento de dados e informações (Vistorias Preliminares), iniciadas 2011, a serem concluídas em 2012, conforme **Quadro II** abaixo, contemplando 95,82% da Despesa Liquidada.

Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária / Projetos/RN, até 1994 e de 1995 a 2009.

Gráfico I



Quadro II

Nº DO PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MINICÍPIO	ÁREA REGISTRADA	TIPO DE VISTORIA	INICIADO	CONCLUÍDO
54330.000345/2008-16	PEDRA BRANCA	SÃO PEDRO	677,6000	1	dez/10	fev/11
54330.001173/2010-12	SÍTIO POCINHO / SÍTIO RUSSINHO	ASSU	965,8000	1	dez/10	set/11
54330.001011/2011-65	AREIA BRANCA / FUTURO	ASSU	1.239,7000	1	dez/10	set/11
54330.001147/2010-94	FAZENDA CATANDUVA	VERA CRUZ	407,7300	1	abr/11	abr/11
54330.000434/2010-87	GUAJIRUMIRIM	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	182,8000	1	nov/11	dez/11
54330.000197/2006-78	SÃO JOÃO	RIACHUELO	841,0000	1	nov/11	Laudo em andamento
54330.000752/2011-29	FAZENDA GAIA	CEARÁ-MIRIM	298,0000	1	nov/11	Laudo em andamento

Resumo:

- Vistorias iniciadas em 2010 e concluídas em 2011, área vistoriada: (677,6000+965,8000+1.239,7000) 2.883,1000ha.
- Vistorias iniciadas em 2011 e concluídas em 2011, área vistoriada: (407,7300+182,800) 590,5300ha.
- Vistorias iniciadas em 2011, a serem concluídas em 2012, área vistoriada: (841,0000+298,0000) 1.139,0000ha.
- Total: 4.612,6300ha.

2.2.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental protocolada	45	45	0	45	100%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
122.309,00	187.053,58	186.444,95	99,67%	167.666,10	89,63%	167.666,10	89,63%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2011

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
98.562,79	61.418,77	24.689,41	12.454,61

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2011

A Superintendência do Estado do Rio Grande do Norte atendeu a meta definida pelo INCRA/Sede de protocolar 45 Licenças de Instalação e Operação (LIO), referente à Ação de Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Norte, entretanto, não foi atendida a meta firmada no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estabelecia a meta de protocolar 60 Licenças de Instalação e Operação (LIO's), no ano de 2011.

O Termo de Ajustamento de Conduta citado acima foi firmado pelo INCRA/RN com o Ministério Público Federal, com o IBAMA- Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis/RN e com o IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte e tem por objetivo ajustar a conduta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RN e demais Compromissados, às exigências legais referidas na Lei nº. 6.938/81, notadamente ao disposto em seu art. 10, o qual exige o licenciamento prévio pelo órgão ambiental competente para atividades que utilizam recursos naturais, que têm potencial poluidor ou que possam degradar o meio ambiente, bem assim ao contido na Resolução/CONAMA, nº. 237/1997 e Resolução/CONAMA nº. 387/2006, as quais tratam dos procedimentos de licenciamento, inclusive nos projetos de assentamentos de reforma agrária.

O compromisso assumido pelo INCRA/RN no Termo de Ajustamento de Conduta é regularizar ambientalmente todos os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado até o ano de 2012, e que faremos o possível para atender, como demonstrado no quadro abaixo:

ANO	QUANTIDADE DE ASSENTAMENTOS
2008	33
2009	60
2010	60
2011	60
2012	65
TOTAL	278

Informamos que foi adotado o procedimento de execução direta para a elaboração dos estudos ambientais necessários para os protocolos das Licenças de Instalação e Operação, ou seja, são os técnicos do INCRA/RN que estão indo aos Projetos de Assentamentos para elaborar os estudos ambientais, sendo necessário, em muitos casos a regularização das áreas de Reserva Legal e fazer levantamentos de áreas degradadas na área de Reserva Legal e nas Áreas de Preservação

Permanente (APP's) existentes nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, para posterior elaboração dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas.

As equipes para a elaboração dos estudos ambientais são formadas pelos agrônomos e topógrafos do INCRA/RN e em muitos casos por Analistas Ambientais do IBAMA/RN, tendo como coordenadores os servidores do Serviço de Meio Ambiente do INCRA/RN.

Segue a relação dos Projetos de Assentamentos que foram contemplados com os protocolos das Licenças de Instalação e Operação (LIO's) no ano de 2011:

ITEM	PA'S Protocolados em 2011	Município (s)	Data Protocolo	Protocolo IDEMA
1	José Rodrigues Sobrinho	Nova Cruz	28/04/2011	2011-044259/TEC/LIO-0029
2	Modelo	João Câmara	28/04/2011	2011-044243/TEC/LIO-0027
3	Caiçara	Apodi	28/04/2011	2011-044258/TEC/LIO-0028
4	Cícero Anselmo	Santana do Matos	30/08/2011	2011-047631/TEC/LIO-0058
5	07 de Junho	Bento Fernandes	31/08/2011	2011-047670/TEC/LIO-0066
6	Barreto	Bento Fernandes	31/08/2011	2011-047666/TEC/LIO-0065
7	Nossa Senhora da Piedade	Poço Branco	30/08/2011	2011-047647/TEC/LIO-0064
8	Olho D'água da Escada	Baraúna	31/08/2011	2011-047675/TEC/LIO-0067
9	Santa Luzia	Carnaubais	31/08/2011	2011-047679/TEC/LIO-0068
10	Santa Luzia II	Poço Branco	30/08/2011	2011-047646/TEC/LIO-0063
11	Santa Maria II	Santa Maria	30/08/2011	2011-047645/TEC/LIO-0062
12	Santos Reis	Areia Branca	30/08/2011	2011-047635/TEC/LIO-0060
13	Vila Nova	Apodi	30/08/2011	2011-047633/TEC/LIO-0059
14	Liberdade	Bento Fernandes	31/08/2011	2011-048446/TEC/LIO-0076
15	Madalena	Bento Fernandes	30/09/2011	2011-048478/TEC/LIO-0079
16	Vale Verde	Ceará Mirim	30/09/2011	2011-048544/TEC/LIO-0084
17	Mulungu	Pendências	30/09/2011	2011-048451/TEC/LIO-0077
18	Canto das Pedras	Carnaubais	30/09/2011	2011-048543/TEC/LIO-0083
19	Morada do Sol	Carnaubais	30/09/2011	2011-048542/TEC/LIO-0082
20	Pedra de São Pedro	Sítio Novo	30/09/2011	2011-048539/TEC/LIO-0080
21	Santa Clara II	Cerro Corá	30/09/2011	2011-048540/TEC/LIO-0081
22	São Francisco	Cerro Corá	31/10/2011	2011-049106/TEC/LIO-0091
23	Umburanas	Cerro Corá	31/10/2011	2011-049103/TEC/LIO-0089
24	Santa Rosa	Cerro Corá	31/10/2011	2011-049105/TEC/LIO-0090
25	Lagoa de Baixo	Guamaré	29/11/2011	2011-049908/TEC/LIO-0114
26	Caju Nordeste	São Bento do Norte	29/11/2011	2011-048909/TEC/LIO-0115
27	Maracanau	Mossoró	29/11/2011	2011-049907/TEC/LIO-0113
28	Planalto	Carnaubais	30/11/2011	2011-050042/TEC/LIO-0122
29	Ligação	Carnaubais	30/11/2011	2011-050039/TEC/LIO-0121
30	Umarizeiro	Guamaré	30/11/2011	2011-050043/TEC/LIO-0123
31	PA Hipólito	Mossoró	21/12/2011	2011-050588/TEC/LIO-0131
32	PA Lorena	Mossoró	21/12/2011	2011-050589/TEC/LIO-0132

33	PA Pedra Branca	São Paulo Potengi	21/12/2011	2011-050590/TEC/LIO-0133
34	PA Pirangi	Galinhos	21/12/2011	2011-050595/TEC/LIO-0134
35	PA Pedro Ezequiel Araujo	Ipanguaçu	21/12/2011	2011-050596/TEC/LIO-0135
36	PA Venâncio Zacarias	Macau	27/12/2011	2011-050682/TEC/LIO-0136
37	PA Nova Esperança II	Ceará Mirim	27/12/2011	2011-050683/TEC/LIO-0137
38	PA Canto Comprido	Carnaubais	27/12/2011	2011-050685/TEC/LIO-0138
39	PA Novo Horizonte II	Maxaranguape	27/12/2011	2011-050687/TEC/LIO-0139
40	PA Três Voltas	Tangará	27/12/2011	2011-050688/TEC/LIO-0140
41	PA São Luís	Pureza	30/12/2011	2011-050768/TEC/LIO-0142
42	PA Potengi	Lagoa de Velhos	30/12/2011	2011-050769/TEC/LIO-0143
43	PA Fazenda Nova	Mossoró	30/12/2011	2011-050772/TEC/LIO-0144
44	PA Vassouras	Carnaubais	30/12/2011	2011-050774/TEC/LIO-0145
45	PA Encruzilhada	Macau	30/12/2011	2011-050775/TEC/LIO-0146

2.2.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	hec	3.800	0	0	0	0	3.800

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
4.324.000,00	189,51	66,58	35,13%	66,58	35,13%	66,58	35,13%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
243.418,50	0	178.461,43	64.957,07

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, programada para 3.800ha., não se concretizou, restando, por conseguinte, um passivo de 3.800ha. Essa ação, cuja execução, por muitos anos, extrapolou a meta programada (conforme demonstra o Gráfico I, acima), hoje, em face de diversos fatores, aí inclusa a escassez de terras para o Programa de Reforma Agrária no Estado, já não conta mais com um suporte que garanta a sua efetiva execução, uma vez que, como já frisamos, está amplamente subordinada a fatores alheios ao nosso controle.

No exercício de 2011, três processos de desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, relativos aos imóveis: Pedro Segundo, Alto do Oriente e Santa Maria, tecnicamente aptos para serem levados a ajuizamento naquele ano, tiveram empecilhos de ordem judicial e de pendências fora da nossa governabilidade para suprimento na documentação processual, malogrando a obtenção dos mesmos e o conseqüente assentamento de famílias através de obtenção onerosa, restando como opção (se liberados) para a meta de 2012. Esse, o principal esteio para a consecução da meta 2011, não permitiu prosperar o nosso suporte programático.

2.2.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	20.215,60	19.764,85	99,77%	14.764,85	73,03%	14.764,85	73,03%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.514,27	7.514,27	0	0

Fonte : SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Quanto à Ação Gestão e Administração do Programa Assentamento de Trabalhadores Rurais, contemplamos uma Despesa Líquida de R\$ 14.764,85, para gastos administrativos com a sede da Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Norte – SR-19.

2.2.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Augusto Carlos Avelino Teixeira de Carvalho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	Família	715	0	7.711	7.711	1.078,5%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.127.495,00	0	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
8.335.019,02	101.504,32	429.950,86	7.803.563,84

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Nas ações de Infraestrutura desta SR, no exercício de 2011, foram realizados acompanhamentos das ações previstas em Termos de Convênios, como no caso do convênio CRT/RN/13.000/2007, celebrado entre o INCRA/RN e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, onde a figura do assegurado deve monitorar as ações executadas pela Conveniente com escopo de acompanhamento e fiscalização dos serviços pactuados, assim, chegamos ao final do presente exercício com o montante de aproximadamente 92% de ações executadas, havendo inclusive ações a serem concluídas no exercício de 2012, visando beneficiar 2.403 (duas mil e quatrocentas e três) famílias assentadas no RN (distribuídas conforme tabela abaixo) com obras que visam garantir o abastecimento hídrico para o consumo humano.

CONVÊNIO INCRA/RN – SEMARH			
Nº	MUNICÍPIO	PA	N.º FAMÍLIAS
1	Bento Fernandes	Espinheiro	125
2	Gov. Dix-Sept Rosado	Areias	35
3	Macaíba	Caracaxá	60
4	Upanema	Bom Lugar	150
5		Nova Vida	114
6		Baixa do Dutra	33
7	Assu	Patativa do Assaré	45
8	São Miguel do Gostoso	Boa Esperança	50
9		Santa Fé	41
10	Mossoró	Paulo Freire	60
11		Recanto da Esperança	80
12		Maisa	1150
13		Terra Nossa	30
14	Apodi	Frei Damião	39
15	Campo Grande	Bom Futuro	35
16	Ceará-Mirim	Riachão II	113
17		Resistência Potiguar	43
18	Pureza	Bernardo Marim	47
19	João Câmara	Modelo	153
TOTAL			2.403

Ainda referindo-se às parcerias firmadas com o Governo do Estado do RN, destacamos o Convênio com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAPE, também firmado com o fito de fornecer água para o consumo humano para famílias assentadas em projetos de assentamento, notadamente aos situados na Região Oeste do RN. Este instrumento previu ações em 24 (vinte e quatro) projetos de assentamento, beneficiando 1.315 (um mil e trezentos e quinze) famílias, conforme indicado na tabela infra.

CONVÊNIO INCRA/RN – SAPE			
Nº	MUNICÍPIO	PA	N.º FAMÍLIAS
1	Mossoró	Barreira Vermelha	20
2		Boa Fé	40
3		Fazenda Nova	80
4		Maracanaú	50
5		Oziel Alves	132
6		São Cristovão	41
7		São José II	22
8		São Romão	61
9		Vingt Rosado	85
10		Cabelo de Negro	18
11		Fazenda Favela	92
12		Fazenda Hipólito	137
13		Lorena	42
14		Novo Espinheirinho	51
15		Quixaba	60
16		Solidão	20
17	Gov. Dix-Sept Rosado	Riachão	22
18		Santo Antônio	39
19		Três Marias	70
20		Tião Carlos	18
21		Nossa Senhora da Conceição	61
22		Chico Rêgo	60
23	Areia Branca	Santos Reis	18
24		Casqueira I e II	76
	TOTAL		1.315

Outra importante ação desenvolvida ao longo deste exercício foi à re-elaboração e acompanhamento da parceria firmada através de Termo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através da mediação desta Superintendência Regional, e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM (conforme se verifica no processo nº 54330.000711/2009-18), tendo como objeto a implantação/revitalização de sistemas de abastecimento de água em 42 (quarenta e dois) projetos de assentamentos do Rio Grande do Norte, abrangendo 3.041 (três mil e quarenta e uma) famílias, conforme relaciona-se na tabela abaixo, ação que continua em execução no exercício de 2012, considerando que tal avença teve vigência prorrogada até o mês de setembro de 2012.

CONVÊNIO INCRA – CPRM			
Nº	MUNICÍPIO	PA	N.º FAMÍLIAS
1	Carnaubais	Canto Comprido	127
2		Cavaco	30
3		Morada do Sol	35
4		Vassouras	28
5		Rosa Luxemburgo	70
6		Margarida Alves II	22
7	Ceará Mirim	Padre Cícero	60
8		São Sebastião	240
9		Carlos Mariguela	35
10	Cerro Corá	Umburanas	20
11	Gov. Dix-Sept Rosado	Terra da Esperança	113
12		Maria Cleide da Silva	17
13	João Câmara	Laginha	10
14		Marajó	52
15		Maria da Paz	45
16		Modelo	153
17		Santa Terezinha	102
18		Serra Verde	42
19		Vivará	60
20		Xoá	66
21		Chico Santana	43
22	Porto do Mangue	Rio Doce	80
23		Brilho do Sol	128
24	Riachuelo	Patativa do Assaré II	30
25	Touros	Canudos	41
26	Mossoró	Nova Esperança de Mossoró	190
27		Sussuarana	10
28		Terra Nossa	30
29		Cheiro da Terra	45
30		Olga Benário	63
31	Upanema	Sabiá	65
32		Salgado	40
33		Esperança	76
34	Espírito Santo	Mata Verde	28
35		Timbó	29

36	Assu	Prof. Maurício de Oliveira	70
37	Ipanguaçu	Pedro Ezequiel	529
38	Caraúbas	José Sotero da Silva	30
39		Nove de Outubro	41
40	Senador Elói de Souza	Pequena Vanessa	33
41	Poço Branco	Nova Aliança	52
42	Pureza	Paulo Freire III	61
TOTAL			3.041

Esta última parceria se insere num leque mais amplo de parcerias, como as citadas anteriormente com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, as quais visam atender aproximadamente metade do universo dos assentamentos diagnosticados como possuindo situação crítica em termos de abastecimento de água para o consumo humano, situação esta que atinge cerca de 34% do total de assentamentos do RN.

Como se percebe, com as ações de infraestrutura retro mencionadas, o INCRA/RN buscou atender, com recursos dos exercícios anteriores, um total de 6.759 famílias distribuídas em 85 projetos de assentamento nas diversas regiões do RN.

Destarte, ainda no rol de parcerias, também citamos aquela firmada com o Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte – DER/RN, que visa à recuperação de 191,65 quilômetros estradas vicinais em 16 projetos de assentamento, beneficiando 952 famílias, possibilitando, desta forma, uma melhor infra-estrutura básica para as famílias assentadas nas regiões atendidas, de forma que estas possam escoar sua produção com menores perdas no deslocamento até os mercados consumidores. Os assentamentos a serem beneficiados com esta ação constam na tabela abaixo:

CONVÊNIO INCRA/RN – DER/RN			
Nº	MUNICÍPIO	PA	N.º FAMÍLIAS
1	Apodi	Caiçara	60
2		Frei Damião	39
3		Portal da Chapada	45
4		São Bento	31
5		Tabuleiro Grande	60
6	Assú / Mossoró	Oziel Alves	132
7		Muluguzinho	112
8		Barreira Vermelha	20
9		Santa Rita de Cássia	40
10	Mato Grande	Boa Sorte	51
11		Bom Trabalho	40
12		Lajeado	41

13		Lajinha	10
14		Marajó	52
15		Modelo	153
16		Xoá	66
		TOTAL	952

É por conta destes instrumentos, com exceção do Termo de Cooperação com a CPRM (onde é realizado o destaque orçamentário diretamente da SEDE para a Autarquia da CPRM), que ainda possuem parcelas vincendas, que se verifica o vultoso volume de recursos inscritos em “Restos a Pagar” junto a esta Superintendência. No momento, nossos técnicos analisam documentação apresentada para emissão de pareceres com vista à prestação de contas das parcelas já descentralizadas, fato imperioso à ocorrência de novos repasses.

Oportuno ressaltar que a Superintendência Regional do RN incidiu na não execução direta de tais obras, em função da carência de servidores habilitados suficientes no Setor de Infraestrutura dessa Autarquia (onde informamos haver somente 01 engenheiro civil em atividade) para proceder desde a elaboração dos projetos básicos, passando pela elaboração de projetos executivos e licitação das obras à fiscalização dos contratos, o que vem resultando em dificuldades na execução destas ações e, em consequência, aumentando sobremaneira a morosidade no andamento dos processos e deixando deficiente a execução das metas institucionais a nível local, sendo, inclusive, o fato impeditivo ao qual se atribui a responsabilidade pela inexecução do orçamento previsto para esta Regional no exercício 2011.

Destaca-se ainda que esta SR estuda, junto à Sede, a possibilidade de contratação de serviços terceirizados especializados de engenharia para dar suporte e acompanhamento às fiscalizações a serem realizadas pelo seu Setor de Infraestrutura, e ainda, negocia-se a contratação de servidor habilitado em engenharia através de concurso público, considerando que não fora ofertada vaga para este cargo nesta Superintendência no último concurso.

Frise-se, por fim, que as obras resultantes destas parcerias já se encontram todas licitadas e em execução.

Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.013 7.8398	A	3	Família atendida	57	0	878	878	1.540%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
46.756,00	21.000,00	20.995,07	99,97%	19.477,16	92,74%	19.477,16	92,74%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
520.237,50	58.522,09	226.520,18	235.195,23

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

A ação de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, integrante do Programa de Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, tem como objetivo prover o projeto de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante serviços de medição, demarcação e georreferenciamento em conformidade com a lei 10.267/2001, Norma técnica d e Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Norma de Execução 96, bem como a identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Verificamos que do montante orçado para o exercício de 2011 R\$ 46.756,00 (quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e seis reais) em função do beneficiamento de 57 famílias no quesito agrimensura, topografia, demarcação e espacialização das unidades produtivas do Projetos de Assentamentos nada foi realizado pois nesse mesmo período todos os esforços do Serviços de Cartografia desta Superintendências (SR19) estavam voltados para as metas almejadas no ano de 2010. A Execução Orçamentário-financeira realizada pela UJ com o percentual de recursos liquidados de 92,74% e valor de R\$19.477,16 (Dezenove mil quatrocentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) correspondem ao deslocamento de assegurados do contrato para fiscalização dos trabalhos executados. Neste sentido foram atendidas 878 famílias. Os projetos atendidos com essa são foram: PEDRO EZEQUIEL DE ARAÚJO (529 famílias); NOVE DE OUTUBRO (41famílias), PEQUENA VANESSA (25 famílias); CARLOS MARIGUELA (35 famílias) e MARGARIDA ALVEZ (22 famílias).

De todo orçamento calculado foi pago R\$226.520,09 (Duzentos e Vinte e seis mil quinhentos e vinte Reais), foram cancelados R\$ 58.522,09 (Cinquenta e oito mil quinhentos e vinte e dois Reais) e ainda resta a pagar o valor de R\$ 235.195,23 (Duzentos e trinta e cinco mil cento e noventa e cinco Reais e vinte e três centavos).

2.2.2.2 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4320	A	3	Família Beneficiada	01	0	1.764	1.764	1.764%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
191.278,01	11.778,01	0	179.500,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Apesar de haver 01 (um) projeto previsto na meta física estabelecida para esta Superintendência Regional para o exercício em 2011, não foi possível o estabelecimento de novas ações nesta meta, apesar de haverem sido encaminhados 02 (dois) projetos para descentralização de recursos do INCRA SEDE (uma vez que conforme pode-se verificar nas tabelas acima, não havia previsão orçamentária para a execução destas ações), um para aquisição de equipamentos para uma Pousada Rural no município de Cerro Corá/RN (Turismo Rural) e outro para construção e aquisição de equipamentos de uma Casa de Beneficiamento de Mel no P.A Petrolina, porém, os recursos não foram descentralizados e os projetos ainda permanecem como demanda da SR-19 para o exercício 2012.

Portanto, a única ação do Terra Sol em 2011 foi a continuidade do Convênio com o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS, que tem como perspectiva de beneficiar 1.764 (um mil e setecentas e sessenta e quatro) famílias assentadas, através de elaboração de Planos de Negócios e Projetos Executivos, bem como pela realização de feiras de agronegócios nas diferentes regiões do estado do RN, em busca de sistematizar e impulsionar a comercialização de produtos de diversos assentamentos no RN.

O cronograma de execução, assim como o cronograma de desembolso deste convênio não seguiu como estava previsto no Plano de Trabalho, inicialmente por atraso na liberação da primeira e da segunda parcela, e por último por conta de problemas na prestação de contas e elaboração dos planos de negócios e dos projetos executivos. Informamos que a entidade foi devidamente Notificada quanto à qualidade dos produtos conveniados entregues (plano de negócio e projetos executivos) e, quanto a prestação de contas, a entidade informou que está inserindo no SICONV todos os seus gastos e relatórios de gestão solicitados pela comissão de fiscalização. Desta forma, os valores constantes em Restos a Pagar referem-se à última parcela devida do Convênio com o IDS (conforme demonstra-se na tabela abaixo), que aguarda o saneamento das pendências acima narradas.

CONVÊNIO INCRA/RN – IDS			
PARCELA Nº	CONCEDENTE (R\$)	CONTRAPARTIDA – CONVENIENTE (R\$)	SITUAÇÃO
1	81.460,00	8.200,00	PAGO
2	201.760,00	8.200,00	PAGO
3	179.500,00	8.200,00	A PAGAR
TOTAL	462.720,00	24.600,00	-

2.2.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4358	A	3	Documento de titulação expedido	68	387	0	387	569%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
9.559,00	4.825,00	4.769,92	98,85%	4.769,92	98,85%	4.769,92	98,85%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Em relação à meta física, com um bom trabalho de campo e revisão processual foi possível a superação da mesma, prevista inicialmente em 68 (sessenta e oito) documentos titulatórios, com o atendimento de 387 (trezentos e oitenta e sete) documentos, sendo 03 (três) Títulos de Domínio (TD) e 384 (trezentos e oitenta e quatro) Contratos de Concessão de Uso (CCU), distribuídos conforme tabelas abaixo:

CÓDIGO PA	NOME DO PROJETO	Nº DE C.C.U · EMIT ·	MUNICÍPIO
RN0308000	ROSA LUXEMBURGO	13	CARNAUBAIS
RN0309000	MARGARIDA ALVES II	3	CARNAUBAIS
RN0310000	CARLOS MARIGUELLA	3	IELMO MARINHO
RN0311000	IRMÃ DOROTHY	2	CARNAUBAIS
RN0262000	BOA ESPERANÇA	9	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO
RN0288000	CHICO REGO	4	GOV. DIX-SEPT ROSADO
RN0279000	NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ	25	MOSSORÓ
RN0305000	NOVE DE OUTUBRO	8	CARAÚBAS
RN0284000	QUILOMBO DOS PALMARES II	1	MACAIBA
RN0280000	TERRA NOSSA	3	MOSSORÓ
RN0287000	VITÓRIA	7	BARAÚNA
RN0303000	CHICO SANTANA	5	PUREZA
RN0290000	MARIA CLEIDE DA SILVA	4	GOV. DIX-SEPT ROSADO
RN0258000	MATA VERDE	1	ESPÍRITO SANTO
RN0301000	OLGA BENARIO	3	MOSSORÓ
RN0290000	ROSELI NUNES	7	IELMO MARINHO
RN0283000	SÃO GERALDO	6	UPANEMA
RN0293000	TERRA DE ESPERANÇA	107	GOV. DIX-SEPT ROSADO
RN0285000	BERNARDO MARIM	4	PUREZA
RN0306000	BRILHO DO SOL	14	PORTO DO MANGUE
RN0292000	CHEIRO DA TERRA	2	MOSSORÓ
RN0304000	GARAVELO	3	AREIA BRANCA
RN0302000	NOVA OLINDA	3	CAIÇARA DO NORTE
RN0289000	PEDRO EZEQUIEL DE ARAUJO	7	IPANGUAÇU
RN0259000	SANTA FÉ	6	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO
RN0297000	NOVA ALIANÇA	9	POÇO BRANCO
RN0312000	MARIA DAS GRAÇAS	35	JOÃO CÂMARA
RN0313000	MARIA DAS GRAÇAS II	17	SENADOR ELOI DE SOUZA
RN0314000	PEREIRO	37	PARAZINHO
RN0315000	RIACHO DO MEIO	36	SERRA CAIADA
TOTAL		384	

CÓDIGO PA	NOME DO PROJETO	Nº DE T. D. EMIT.	MUNICÍPIO
RN0105000	CHICO MENDES	02	TOUROS
RN0056000	CASQUEIRA	01	AREIA BRANCA
TOTAL		03	

Quanto aos recursos recebidos, estes foram utilizados no pagamento de diárias dos servidores do Setor de Titulação e motorista (quando era preciso) para a realização das vistorias necessárias para a emissão dos documentos titulatórios, bem como para o rateio dos custos de locação de veículos e pagamento dos fornecedores de combustível.

2.2.2.4 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Não havia previsão de meta física desta ação para o exercício de 2011, por tanto, não ocorreu a consolidação de nenhum projeto de assentamento federal, sob a responsabilidade desta Autarquia, no Rio Grande do Norte neste último exercício, por conseguinte, também não havia previsão de descentralização de recursos orçamentários e/ou financeiros, conforme consta na tabela acima.

Com relação aos recursos inscritos em Restos a Pagar, informamos que tratavam-se de recursos empenhados através de convênios firmados em exercícios anteriores entre esta Superintendência Regional e Associações de agricultores assentados, com a interveniência de Prefeituras Municipais, através do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), sendo estes referentes a parcelas destes instrumentos empenhadas em exercícios anteriores, mas que por força de Decreto Presidencial foram anulados. Ademais, os instrumentos que possuíam recursos empenhados foram encerrados em Dezembro de 2011, não havendo, pois, a previsão de utilização de recursos para o exercício 2012 para este programa.

No momento atual, esta Superintendência conta ainda com 02 (dois) convênios, sendo um firmado com a Associação dos Posseiros do Projeto de Assentamento Aurora da Serra e o outro com a Associação do Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro, respectivamente, com a interveniência da Prefeitura Municipal de Apodi/RN e com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, onde todo o recurso previsto para a execução das metas previstas nestes Termos de Convênio já foram repassados para as contas bloqueadas abertas para tal finalidade.

2.2.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	3	Familia Atendida	0	0	1.437	1.437	1.437%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
00	24.647,95	24.647,95	100%	0	0%	0	0%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
228.195,88	195,88	228.000,00	0

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Apesar de não constar meta física prevista para ser executada por esta SR para o exercício de 2011, apresentam-se números nesta ação que refletem a execução do Convênio firmado entre o INCRA/RN e a Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - FUNPEC, que devido Termo Aditivo que gerou a prorrogação do Prazo de vigência para o ano 2011. Segue abaixo a lista dos Assentamentos contemplados por este Termo de Convênio, que objetiva diagnosticar ambientalmente os PA's, bem como implantar módulos de recuperação ambiental nas áreas protegidas que encontram-se degradadas (Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal).

Convênio INCRA/RN – FUNPEC			
Nº	MUNICÍPIO	PA	N.º FAMÍLIAS
1	Apodi	Vila Nova	10
2	Baraúna	Olho D'água da Escada	10
3	Areia Branca	Santos Reis	18
4	Mossoró	Santa Elza	22
5	Baraúna	Ouro Verde	20
6	Mossoró	São José II	22
7	Baraúna	Rancho do Pereiro	40
8	Baraúna	Santa Clara	12
9	Bento Fernandes	Barreto	12
10	Bento Fernandes	07 de junho	8
11	Carnaubais	Santa Luzia	20
12	Ceará-Mirim	Águas Vivas	44
13	Ceará-Mirim	São João	20
14	Espírito Santo	Mata Verde	28
15	Espírito Santo	Timbó	29
16	Gov. Dix-Sept Rosado	Terra Nova	18
17	Gov. Dix-Sept Rosado	Tião Carlos	18
18	Poço Branco	Santa Luzia II	20
19	Macaíba	Zumbi dos Palmares	12
20	Macaíba	Quilombo dos Palmares II	47
21	Maxaranguape	São Jose de Maxaranguape	38
22	Mossoró	Terra Nossa	30
23	Mossoró	Barreira Vermelha	20
24	Poço Branco	Nossa Senhora da Piedade	25
25	Santa Maria	Santa Maria II	15
26	Santana do Matos	Cícero Anselmo	22
27	São José de Mipibú	Vale do Lírio	62

28	São José do Mipibú	Gonçalo Soares	44
29	São Miguel do Gostoso	Ouro Branco	23
30	Taipu	Logradouro	42
31	Touros	Lagoa de Sal	13
32	Touros	São Sebastião II	23
	TOTAL		787

Quanto à execução orçamentária, os dados apresentados são fruto do resultado da descentralização de recursos, visando à compra de 115 placas indicativas de licenciamento ambiental, condicionantes de licenças ambientais emitidas pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA). A solicitação do recurso foi realizada no ano de 2011, porém o processo de confecção das placas, bem como seu pagamento só foi realizado no exercício de 2012.

Com relação aos restos a pagar pagos, estes valores discriminados acima se referem à última parcela do convênio INCRA Ambiental, já citado, realizado com a Fundação Norte Rio-grandense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – FUNPEC.

2.2.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	OP	3	Família Atendida	5.908	8.830	310	9.104	154,7%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
24.904.570,00	30.219.100,00	30.219.100,00	100%	2.212.900,00	7,32%	2.212.900,00	7,32%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
24.222.800,00	3.821.400,00	3.124.200,00	17.277.200,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Dentro da Ação de Concessão de Crédito-Instalação para as famílias assentadas, temos diversas modalidades de crédito que são aplicados por esta Superintendência do Rio Grande do Norte: Crédito Aquisição de Material de Construção, Crédito Apoio Inicial, Crédito Semi-árido, Crédito Fomento, Crédito Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Apoio Mulher.

Os valores de cada modalidade de crédito para a formulação da Programação Orçamentária do exercício de 2011 são os determinados pela Instrução Normativa Nº 54/2009, sendo a operacionalização do crédito regulamentada pelas Normas de Execuções Nº 79/2008, Nº 86/2009 e Nº 99/2011.

Estava previsto, entre o repasse à conta das Associações e a aplicação do Crédito (indiferentemente quanto à modalidade aplicada), atender 5.908 (cinco mil e novecentos e oito) famílias, entretanto, esta Superintendência Regional atendeu 8.830 (oito mil e oitocentos e trinta) famílias, destas 5.861 (cinco mil oitocentos e sessenta e uma) famílias foram atendidas com Crédito Instalação na forma de complementação aos valores de modalidades que foram reajustadas (quais sejam: Apoio Mulher e Recuperação/Materiais de Construção).

Um fator que contribui significativamente para não haver liquidado valor maior de empenhos, tem como base o disposto na Norma de Execução Nº 79/2008, a medida em que é vetado o repasse do Crédito Instalação na Modalidade de Recuperação/Materiais de Construção para projetos de assentamentos criados após janeiro de 2005, sendo que muitos dos que se enquadram nesta situação já necessitariam ter suas casas reformadas (considerando que as construíram com um valor menor que o praticado atualmente); além disso, outro fator impeditivo consistiu na crise econômica internacional, que tem afetado o Estado brasileiro, sendo que no nosso caso essa crise se materializa na forma de forte contingenciamento orçamentário-financeiro, repercutindo na diminuição do repasse de financeiro a esta Superintendência, motivo que gerou repasses em um patamar abaixo do que se previa inicialmente. Prova disso é que dos R\$ 24.222.800,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e vinte e dois mil e oitocentos reais), referentes aos créditos dos exercícios de 2009/2010 que se encontravam inscritos em restos a pagar, só foram liquidados R\$ 3.124.200,00 (três milhões e cento e vinte e quatro mil e duzentos reais), correspondendo a 7,75 % (sete, setenta e cinco por cento) do previsto inicialmente.

No tocante à Programação Operacional do exercício de 2011 – PO 2011, esta Superintendência teve provisão orçamentário-financeiro inicialmente no valor de R\$ 24.904.570,00 (vinte e quatro milhões novecentos e quatro mil e quinhentos e setenta reais), mas, devido à grande demanda oriunda das associações de agricultores familiares assentados e movimentos sociais, conseguiu-se angariar junto ao INCRA SEDE o montante orçamentário de R\$ 30.219.100,00 (trinta milhões e duzentos e dezenove mil e cem reais), um acréscimo de 18 % (dezoito por cento) do previsto inicialmente.

Dentro dos pontos que merecem destaque neste relatório é importante frisar a respeito da novidade na complementação de 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) Créditos Instalação, na modalidade Apoio Mulher, advinda das alterações impetradas através da Norma de Execução Nº 99, de 21 de setembro de 2011. Assim, a Superintendência Regional no exercício de 2011 iniciou a complementação do crédito Apoio Mulher para Grupos de Mulheres, mesmo as que já tinham iniciado sua aplicação, o que também contribuiu para o elevado percentual de crédito empenhado.

É importante salientar que os valores do Crédito Instalação, empenhados no exercício de 2009, que ainda não tinham sido liquidados até então, totalizando o valor de R\$ 10.069.600,00 (dez milhões e sessenta e nove mil e seiscentos reais), que foram cancelados por força de Decreto Presidencial, por se tratarem, em sua maioria, de créditos na modalidade Recuperação/Materiais de

Construção e, devido à necessidade de sua utilização pelas famílias assentadas do RN, por contribuir para a recuperação das residências (muitas com estrutura comprometida, gerando risco a habitação), além de propiciar uma melhor qualidade de vida às famílias assentadas, esta Superintendência envidará esforços no sentido de re-empenhados no exercício de 2012, de forma a não prejudicar estas famílias tão necessitadas.

Quanto ao monitoramento/fiscalização da aplicação dos créditos instalação nas modalidades Aquisição e Recuperação/Material de Construção, no exercício de 2011, foram concluídas 622 casas e 1.675 casas recuperadas, meta que figura como prioridade para esta Superintendência, dada sua importância no provimento de uma melhor qualidade de vida ao trabalhador assentado.

Uma das dificuldades encontradas refere-se ao Banco do Brasil S. A., órgão financeiro contratado pelo INCRA para gerir as contas correntes e aplicações do Crédito Instalação a nível Nacional, pela sua negativa em abrir contas correntes bloqueadas por modalidade de Crédito, ou seja, o Banco autoriza apenas abertura de uma conta corrente bloqueada por associação/CNPJ. Tal procedimento vem dificultando a operacionalização, o controle e o acompanhamento de várias modalidades de Crédito, em uma única conta, pelas comissões de servidores designadas por Ordem de Serviço. Soma-se a isso, como fator limitante a uma maior aplicação de créditos, o reduzido número de servidores perante o quantitativo de Projetos de Assentamentos e famílias a serem atendidos por esta Superintendência Regional, o que torna morosa a aplicação pela grande demanda e pequena força de trabalho (recursos humanos).

Quanto à execução dos Créditos, esta ocorre de maneira coletiva por ocasião de pesquisa de preços e aquisição de bens/serviços, orientada e acompanhada por técnico desta Superintendência Regional e a execução dos serviços, principalmente os de construção/reforma de casas, ocorre de forma coletiva ou em mutirão, não sendo utilizada, no Rio Grande do Norte, a contratação de empresas para a sua execução, considerando o entendimento de que a aplicação sendo realizada de forma coletiva pela comunidade oferece maiores benefícios às famílias pela economia gerada com a utilização de sua própria mão-de-obra.

2.2.2.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
700.000,00	857.703,89	853.007,02	99,45%	727.033,06	84,76%	727.033,06	84,76%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
53.200,33	19.738,63	32.720,47	741,23

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

A Divisão de Desenvolvimento constitui-se na maior Divisão da SR-19, isto porque conta com o maior número de servidores, trabalha com o maior volume orçamentário e financeiro, e consequentemente possui maior número ações para acompanhamento.

Considerando-se que os trabalhos de grande parte dos servidores dependem de visitas e acompanhamento *in loco* nas áreas de assentamento, é indispensável que esta divisão viabilize a ida a campo de seus servidores.

No caso específico do Programa de Crédito Instalação, é fundamental o acompanhamento junto às famílias assentadas para a correta destinação do Crédito em suas diversas modalidades, a exemplo da Modalidade Aquisição de Materiais de Construção, que é destinada para a aquisição de materiais para a construção das residências nos assentamentos mais novos ou recentemente criados; da Modalidade Apoio Inicial, que possibilita a compra de cestas básicas e implementos agrícolas (equipamentos, arame, carros-de-boi, animais, etc.); da Modalidade Adicional do Semi-Árido, que permite a construção de obras que amenizem a situação de escassez de água, comum nos PA's localizados em regiões semi-áridas, viabilizando minimamente o abastecimento hídrico de água potável para as famílias; da Modalidade Recuperação/Aquisição de Materiais de Construção, que contribui para a recuperação das residências com estrutura comprometida, fato que propicia uma melhor qualidade de vida as famílias assentadas; da Modalidade Apoio Mulher, que fomenta as atividades de desenvolvimento e organização das mulheres assentadas, principalmente, na esfera produtiva; e - na resolução de problemas diversos, que cotidianamente se estabelecem nas áreas de assentamento e que estão sob a responsabilidade desta Divisão de Desenvolvimento, a exemplo de ocupações de residências, abandonos de lotes, brigas entre vizinhos, invasões de áreas dos assentamentos (ainda pertencentes à união), bem como a necessidade de técnicos desta Divisão participarem dos fóruns e colegiados territoriais (e alguns outros eventos na qual é convidada), de forma a manter-se atualizada e em contato com as demais instituições (Prefeituras, Ministérios, Governo do Estado, etc.) que também fomentam o desenvolvimento do meio rural no RN.

Outra ação importante que foi desenvolvida pela Divisão de Desenvolvimento, notadamente pelo Setor de Infraestrutura, configura-se no acompanhamento de Convênios e outros instrumentos formalizados com Secretarias do Governo do Estado do RN e outros entes da Administração Pública para a execução de ações estruturantes nos Projetos de Assentamento do RN, com destaque para as obras que visam garantir a segurança hídrica das famílias assentadas.

Portanto, nesta esteira, os recursos demonstrados na execução orçamentário-financeiro do quadro supra destinaram-se ao pagamento de diárias a servidores desta Autarquia e de Órgãos (parceiros) da Administração Pública (a saber: IBAMA, IDEMA, Governo do Estado do RN, etc.) que contribuíram especificamente para a aplicação do Crédito Instalação e da fiscalização das obras de infraestrutura que estão sendo executadas com o orçamento do INCRA/RN; para o pagamento de passagens aéreas no deslocamento de servidores a outros Estados para reuniões de trabalho, Oficinas, Capacitações, etc.; Para contribuição no rateio do pagamento de aluguel de veículos locados, manutenção de viaturas, dentre outras despesas administrativas (energia, telefone, material de expediente, etc.).

Com base no trabalho desenvolvido por estes servidores em campo foi possível reduzir o passivo de recursos que se encontrava nas contas das Associações de exercícios anteriores e comprometer praticamente todo o recurso recebido por esta Divisão no exercício de 2011, inclusive com a execução de incansável trabalho no acompanhamento das contas dos créditos aplicados e no destino final dos recursos utilizados.

Assentamentos acompanhados no exercício de 2011, no âmbito do Crédito Instalação:

Município	Projeto de Assentamento	Nº de famílias	Município	Projeto de Assentamento	Nº de famílias
Açu	Fazenda Palheiros	354	Lagoa Nova	Serrano	68
Açu	Novo Pingos	56	Macaíba	Eldorados dos Carajás	80
Afonso Bezerra	Paraíso II	120	Macau	Encruzilhada	27
Lages	03 de Agosto	80	Macau	Venâncio Zacarias	30
Afonso Bezerra	Progresso	80	Macau	Sebastião Andrade	128
Apodi	Aurora da Serra	58	Maxaranguape	Vale Verde	38
Apodi	Lage do Meio	23	Maxaranguape	Nova Vida II	100
Apodi	Milagre	26	Maxaranguape	São José Maxaranguape	38
Apodi	Moacir Lucena	20	Maxaranguape	Novo Horizonte II	60
Apodi	Paraíso	26	Mossoró	Oziel Alves	132
Apodi	Portal da Chapada	45	Mossoró	Cabelo de Negro	96
Apodi	Sítio do Góis	60	Mossoró	Fazenda Nova	80
Apodi	Soledade	34	Mossoró	Sítio Carmo	25
Apodi	Vila Nova	10	Mossoró	Mulunguzinho	112
Apodi	São Bento	31	Mossoró	Cordão de Sombra	117
Apodi	Tabuleiro Grande	60	Mossoró	São Cristovão	41
Apodi	Frei Damião	39	Mossoró	Lagoa do Xavier	42
Apodi	São Manoel	28	Mossoró	Maracanaú	50
Areia Branca	Ponta do Mel	62	Mossoró	São José II	22
Areia Branca	Santo Reis	18	Mossoró	São José	24
Baraúna	Santa Clara	12	Mossoró	Recreio	73
Barcelona	União	29	Mossoró	Fazenda Hipólito	137
Bento Fernandes	Barreto	12	Mossoró	São Romão	123
Bento Fernandes	Canadá	60	Mossoró	Boa Fé	40
Bento Fernandes	Espinheiro	125	Mossoró	Novo Espinheirinho	50
Bento Fernandes	Santa Tereza	21	Mossoró	Quixaba	60
Bento Fernandes	Madalena	30	Mossoró	Independência	38
Bento Fernandes	07 de Junho	8	Mossoró	Jurema	85
Bento Fernandes	Liberdade	25	Mossoró	Vingt Rosado	85
Bento Fernandes	Santa Tereza	21	Mossoró	Lorena	41
Campo Grande	Bom Futuro	35	Nova Cruz	José Rodrigues Sobrinho	60
Caraúbas	08 de março	32	Parazinho	Amazonas	23
Caraúbas	Santa Agostinha	31	Parazinho	São Francisco II	23
Carnaubais	Cavaco	30	Parazinho	Bom Trabalho	40
Porto do Mangue	Planalto	51	Pedra Grande	Boca do Campo	55
Porto do Mangue	Planalto do Mel	265	Pedra Grande	Bonsucesso	69
Carnaubais	Ligação	50	Pedra Preta	São Pedro	150
Carnaubais	Pau D'Arco	30	Pedro Avelino	Nova Esperança	40
Carnaubais	Nova Descoberta	130	Pedro Avelino	Novo Horizonte	80
Carnaubais	Canto Comprido	127	Pendências	Alto da Felicidade	364
Ceará-Mirim	Águas Vivas	44	Poço Branco	Nossa Sra. da	25

				Piedade	
Ceará-Mirim	São José Pedregulho	100	Poço Branco	Surubim	45
Ielmo Marinho	São Sebastião	240	Poço Branco	Uberlândia	20
Ceará-Mirim	Padre Cícero	60	Porto do Mangue	Rosado	76
Ceará-Mirim	Espírito Santo	130	Porto do Mangue	Rio Doce	80
Ceará-Mirim	São José Pedregulho	100	Pureza	Canafístula	67
Ceará-Mirim	Rosário	120	Pureza	São Luiz	23
Ceará-Mirim	Nova Esperança II	104	Pureza	Meu Rancho	55
Cerro Corá	Santa Clara II	166	Riachuelo	Lagoa Nova I	240
Cerro Corá	São Francisco	30	Rio do Fogo	Zumbi/Rio do Fogo	72
Cerro Corá	Umburanas	20	São José de Mipubu	Gonçalo soares	44
Cerro Corá	Santa Rosa	19	Santana do Matos	Jatuarana	53
Florânia	Serra do Meio	80	Santana dos Matos	Palestina	97
Florânia	Serra Nova	120	São Bento do Norte	Caju Nordeste	40
Galinhos	Pirangi	104	São Bento do Norte	Santa Vitória	69
Gov. Dix-Sept Rosado	Areias	35	São Bento do Norte	São Miguel	66
Gov. Dix-Sept Rosado	Santo Antônio	39	São Miguel do Gostoso	Canto da Ilha de Cima	89
Gov. Dix-Sept Rosado	Monte Alegre	160	São Miguel do Gostoso	Ouro Branco	23
Gov. Dix-Sept Rosado	N. S. da Conceição	61	São Paulo do Potengi	Pedra Branca	39
Gov. Dix-Sept Rosado	Tião Carlos	18	São Pedro	Bela Vista	20
Gov. Dix-Sept Rosado	Três Marias	70	Senador Eloi de Souza	Passagem do Juazeiro	191
Guamaré	Lagoa de Baixo	41	Serra Caiada	Três Corações	130
Guamaré	Umarizeiro	73	Taipu	Tabuleiro do Barreto	60
Guamaré	Santa Paz	55	Taipu	Jerusalém	80
Guamaré	Santa Maria III	70	São José do Campestre	Uirapuru	54
Ielmo Marinho	Lagoa Nova II	60	Tangará	Ronda	102
Ipanguaçu	Santa Maria	206	Touros	Zabelê	337
Itaú	Paraná	30	Touros	São Sebastião II	23
Jandaíra	Guarapes	100	Touros	Arizona	180
Jandaíra	Santa Inês	21	Touros	Quilombo dos Palmares	300
João Câmara	Vivará	60	Touros	Colorado	25
João Câmara	modelo	153	Touros	Chico Mendes	63
João Câmara	Santa Terezinha	89	Umarizal	Remédio	50
João Câmara	Baixa do Novilho	60	Upanema	Baixa da Dutra	33

João Câmara	Boa Sorte	51	Upanema	Bom Lugar	150
João Câmara	Lageado	41	Upanema	Esperança	76
João Câmara	Laginha	10	Upanema	Sabiá	65
João Câmara	Marajó	52	Upanema	Salgado	40
João Câmara	Serra Verde	42	Upanema	São Manoel II	65
João Câmara	Xoá	66	Upanema	Sombreiro	65
João Câmara	Santa Luzia III	26	Upanema	Lagoa Vermelha	34
João Câmara	Brinco de Ouro	82	Upanema	Nova vida	114
Lagoa de Velhos	Potengi	240			

2.2.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos. (alteração no PPA 2011)

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	2.642	3.063	0	3.063	115%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
23.778,00	25.636,00	25.383,97	99,01%	21.583,97	84,19%	21.583,97	84,19%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

1 - Cumprimento das metas físicas: A ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural tem contribuído para o conhecimento fidedigno da malha fundiária, com qualidade e funcionalidade à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares como de Órgãos Públicos, facilitando as ações dos registros imobiliários com a certificação dos imóveis, controlando as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, controlando o limite mínimo de parcelamento evitando os minifúndios, identificando os imóveis passíveis de reforma agrária e os imóveis flagrados com trabalho escravo por órgãos públicos.

O Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foi realizado alcançando a meta física em um quociente de 115% da meta prevista e a realizada. Nesse trabalho, além da análise aos dados físicos e literais, cumprimos metas em campo com pesquisas cartoriais, visita a imóveis quando julgado necessário.

2 – Ações que apresentaram problemas de execução: Consideramos que as Unidades Municipais de Cadastro – UMC são o elo entre o INCRA – Proprietário – Município, contribuindo para melhorar a malha fundiária e facilitando as necessidades do documento CCIR do homem do campo. Para tanto é indispensável a o treinamento dessas UMC, que em 2011 não ocorreu, em face de necessidade de otimização dos recursos, pois estes foram considerados insuficientes para todas as ações, sendo necessário otimizarmos as ações para conseguirmos o atingimento da meta estabelecida.

Priorizamos no ano de 2011 a renovação dos termos de cooperação, pois vários deste possuíam o vencimento neste ano.

3 - Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Com o alcance da meta estabelecida e superando em 100%, contribuimos para alcançar parâmetros ainda não atingidos o cadastro de mais de 70% da área do Estado do Rio Grande do Norte. O bom desempenho dessa ação teve como estratégia de trabalho bem sucedido, bom relacionamento entre os Servidores do setor e entre estes e as Unidade Municipais de Cadastro – UMC; e um bom acervo de máquinas. Conseguimos através de um esforço interno a digitação de parte do acervo do serviço de cadastro, o que agilizou na análise dos cadastros e contribuindo para alcance da meta de gerenciamento do SNCR.

A qualidade das informações cadastrais é gerida de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária com funcionalidade do uso e na ocupação dos solos.

Os trabalhos foram realizados ininterruptos do primeiro dia útil do ano ao último dia útil do exercício, sempre com zelo e dedicação da equipe, com conhecimento de causa, e na expectativa de cumprir prazos e de sempre e dando ao contribuinte o resultado da análise o mais rápido possível.

2.2.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e

ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.127.0138.4426	A	3	Área Georreferenciada - hac	0	681.186,68	22.667	703.852,68	682%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
00	7.641,62	7.525,85	98,48%	7.525,85	98,48%	7.525,85	98,48%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Cumprimento das metas físicas: Este trabalho consiste em ocupação dos pontos definidores do imóvel, isto é, as coordenadas planimétricas dos vértices definidores do imóvel devidamente acordado com os confrontantes, devem ser determinados através de rastreamento de sinais de satélites com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e sensoriamento remoto, formando o Sistema de Informações Geográficas – SIG está sendo possível dar melhor qualidade as informações cadastrais, justificando, assim, a realização desse trabalho inserida nas metas de 2011, ampliando, assim, a área que irá integrar as informações georreferenciados junto aos serviços de registros de imóveis e demais entes públicos. Tivemos um bom avanço no georreferenciamento dos imóveis, principalmente na regulação das pendências do convênio (nº 21.000/2007) com o Órgão de Terras do Estado, foram georreferenciados os municípios, imóvel por imóvel, abrangidos pela bacia hidrográfica dos Rios Piranhas Açu e Apodi, de acordo com a Lei 10.267/2001.

Principais problemas: Apesar do cumprimento da meta com certa folga, as ações de georreferenciamento confiadas ao Órgão de Terras do Estado, através de convênios, poderiam ter melhor desempenho na execução, caso houvesse mais disponibilidade das informações ao INCRA/RN sobre o trabalho realizado, o que poderia ter facilitado a fiscalização e o monitoramento dos trabalhos pelo INCRA/RN, tendo um produto com maior clareza e consistência nos dados repassados. Com a mudança de governo acarretou várias mudanças do secretário responsável pela pasta o que ocasionou demora e falta de continuidade dos trabalhos, gerando atrasos no cronograma de trabalho e ocasionando necessidade de prorrogação do convênio para o ano de 2012.

Principais resultados: Cerca de 70% do objeto do convênio foi cumprido, gerando grande avanço nas metas propostas. As certificações de georreferenciamentos também tiveram grande avanço.

2.2.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado	98	0	701	701	715%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

A Ação de Regularização Fundiária objetiva regularizar o domínio da terra junto ao possessor detentor que não possui o título da terra. Com a situação jurídica resolvida o possessor habilita aos programas sociais do governo federal, estadual e municipal, significando uma grande conquista para esse beneficiário. No estado do Rio Grande do Norte a quase trinta anos que não se falava nesse tipo de inclusão social, a partir do ano de 2003, o INCRA/RN em conjunto com a SEARA – Secretaria de Estado de Apoio a Reforma Agrária – Órgão de Terra do Estado do Rio Grande do Norte, vem modificando esse cenário.

Principais resultados/Cumprimento das metas Físicas – Com o convênio firmado entre o INCRA/RN e SEARA, cujo objetivo é o georreferenciamento, atualização cadastral desses imóveis e por último, a regularização com entrega dos títulos aos seus legítimos detentores. Com esta ação foi possível a entrega de 701 títulos no município de Apodi/RN, referentes ao convênio 21.000/2007.

A meta física foi cumprida com recursos previstos nos convênios e que já foram repassados.

Como vantagem neste ato de firmar convênios entre o INCRA/RN e a SEARA consideramos:

- 1 - O estreitamento das relações institucionais;
- 2 - Servem de melhoramentos para estrutura o Governo Estadual, na parte tecnológica, na capacitação de seu corpo técnico, etc.

Principais Problemas – Dentro do contexto do convênio entre direitos e deveres, a conveniente não se instalou convenientemente para atender a demanda prevista, com baixo efetivo de colaboradores, máquinas, viaturas, etc., de maneira que, existe uma carência de informação, nos moldes do monitoramento requerido pelo INCRA, dando a impressão que a velocidade de execução do convênio não foi a ideal. Como um segundo problema, podemos citar, a sensibilidade da população no que tange a compreender o trabalho a ser realizado, alguns com desconfiança e outros com baixo nível de tolerância, o que ocasionou que em alguns municípios não foi possível georreferenciar todos os imóveis. Mais nada que não tenha sido resolvido com esclarecimentos dos objetivos da ação, com demonstração do real tamanho dos imóveis, levantamento cadastral.

Contratações e Parcerias – As parcerias da regularização fundiária são feitas com a SEARA – Órgão de Terra do Estado, considerando que as terras são de propriedade do Estado, logo, é quem tem o dever de titular as famílias que detêm a posse da terra, restando ao INCRA, apenas, o repasse da maioria dos recursos necessários à realização dos trabalhos.

Transferências- Todas as transferências de recursos já foram passadas em exercícios anteriores. Sendo que o recurso de diárias foi utilizado para acompanhamento da execução do convênio vigente por parte dos asseguradores

2.2.3.4 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente

identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Esta Superintendência Regional não desenvolve atividades de Retomada de Terras Públicas.

2.2.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterada em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Esta Superintendência Regional não desenvolve esta ação.

2.2.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	623.115,87	620.374,43	99,56%	119.236,26	19,13%	119.236,26	19,13%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
32.957,89	9.985,46	7.549,92	15.422,51

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, de acordo com a organização administrativa da Superintendência, contribui com as despesas administrativas da SR-19 como um todo, destinando seus recursos administrativos em atividades meio da autarquia tais como: manutenção de viaturas; compra de passagens e combustível; pagamento de diárias; aquisição de equipamentos e softwares.

2.2.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.2.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor Capacitado	50	33	02	35	70%	15

Fonte: SIR 16/02/2012.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
34.239,00	65.088,62	64.025,15	98,36%	56.705,83	87,12	56.705,83	87,12%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
27.798,30	3.389,26	24.009,04	400,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

As ações de capacitação perseguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.707/2006, o qual institui bases para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal, trazendo em seu bojo o modelo de gestão por competências.

Na área de capacitação não houve a oferta de cursos, permanecendo as capacitações na demanda surgida pontualmente pelos servidores e respectivos chefes de divisão responsáveis pela consecução das metas institucionais.

Como explicação para a falta de planejamento voltado para capacitação, é mais uma vez, a falta de insumos humanos, pois o Serviço de Desenvolvimento Humano exerceu suas atividades, no período deste relatório, com apenas dois servidores e uma terceirizada, como agravante deste quadro um dos servidores ainda dividiu sua atenção com o serviço de transportes. Desta forma, o Serviço de Desenvolvimento Humano teve que voltar sua atenção para manuseio do Sistema de Pessoal/SIAPE e demandas cotidianas.

Apenas em outubro houve a lotação de duas novas servidoras – Assistentes Sociais - que estão com o desafio de desenvolver atividades inerentes a capacitação e sensibilização de servidores.

Assim, mesmo com as dificuldades presentes capacitamos 35 (trinta e cinco) servidores, sendo dois servidores em curso de Pós-Graduação iniciada no ano de 2010 e, os demais listados abaixo:

Nº	SERVIDOR	CURSO	HORAS/AULAS
01	Jonas Lopes de Oliveira	SIASGNet Módulo SICAFWeb	12 hrs
02	Francisco Carlos Lago Picado	Curso Completo Convênios com todo passo a passo	24hrs
03	Gledson Silva Ferreira	Curso Completo Convênios com todo passo a passo	24 hrs
04	Jonas Lopes de Oliveira	Novo SICAF	16 hrs
05	Jonas Lopes de Oliveira	Novo SIDEC – Normativos	08 hrs
06	Ailton Alexandre da Silva	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
07	Alexandre Rezende Aidar	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
08	Carlos Antonio Lopes	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
09	Hélio José da Penha Viriato de Souza	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
10	Ivanildo Martins Formiga Júnior	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
11	José Leonardo Guedes Bezerra	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
12	Pompeu de Medeiros Jácome	Elaboração de Mapas Temáticos com a Ferramenta Quantum GIS	20 hrs
13	Mário Moacir de Almeida	Sistema de Crédito	12 hrs
14	Leilianne Duarte Gurgel DÁvila	Fórum de Recursos Humanos	20 hrs
15	Maria Mabel dos Santos Costa	SICONV - Prática	16 hrs
16	Paulo Henrique Melo do Nascimento	SICONV - Prática	16 hrs
17	Francisco Carlos Lago Picado	SICONV - Prática	16 hrs

18	Gledson Silva Ferreira	SICONV - Prática	16 hrs
19	Gilton Bezerra de Góes	SICONV - Prática	16 hrs
20	Maria das Graças Carmo Inácio	SICONV - Prática	16 hrs
21	Ana Maria da Costa Rodrigues	SICONV – Prática de pagamento	16 hrs
22	Maria das Graças Carmo Inácio	SICONV – Prática de pagamento	16 hrs
23	Rosecleide França de Medeiros	ATER	16 hrs
24	Gilton Bezerra de Góes	ATER	16 hrs
25	Maria Augusta Sales Azevedo	Depreciação, Reavaliação de Móveis na Administração Pública Federal	20 hrs
26	Jansen Ribeiro Cavalcante	Depreciação, Reavaliação de Bens Móveis na Administração Pública Federal	20 hrs
27	Rubens Soares Spínola	Introdução ao SISAC	20 hrs
28	Débora Cristina de Azevedo Medeiros	Oficina de Comunicação Social	16 hrs
29	Maria das Graças Carmo Inácio	SIAFI – Módulo de Pagamento	20 hrs
30	Leilianne Duarte Gurgel D´Avila	Planejamento – Sistema SIR	16 hrs
31	Augusto Carlos Avelino Teixeira de Carvalho	Planejamento – Sistema SIR	16 hrs
32	Manoel Neto Souza	Planejamento – Sistema SIR	16 hrs
33	Erlon Fernandes Guilherme	Planejamento – Sistema SIR	16 hrs
34	Ailton Alexandre da Silva	Graduação Avaliações e Perícias de Engenharia	400 hrs
35	Hélio José da Penha Filgueira Pinheiro	Graduação Avaliações e Perícias de Engenharia	400 hrs

A realização de inscrição em Restos a Pagar justifica-se pelo o curso de duração continuada, Pós-Graduação Avaliações e Perícias de Engenharia, iniciado no ano de 2010, perpassando mais de um exercício financeiro, encontrando seu término apenas no ano de 2012.

2.2.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Principais Ações do Programa

2.2.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.631.1120.2109	A	3	Famílias Atendidas	0	8.214	0	8.214	8.214%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

No exercício de 2011 foram entregues 8.214 (oito mil, duzentos e quatorze) cestas de alimentos nos municípios de Açu, Carnaubais, Santana do Matos, Mossoró, Canguaretama, Lagoa Nova, Lagoa de Velhos, Macaíba, Boa Saúde, Serra Caiada, Montanhas, Nova Cruz, São Pedro, Riachuelo, São Paulo do Potengi, São Tomé, Senador Elói de Souza, Vera Cruz, Ceará Mirim, São Gonçalo do Amarante, Jardim de Angicos, Poço Branco, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, São Bento do Norte, Pureza, Touros e São Miguel do Gostoso, todos do Estado do Rio Grande do Norte.

2.2.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Principais Ações do Programa

2.2.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.1642	P	3	Área Reconhecida	227	445	0	445	196%	0

Fonte: SIR16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
75.597,00	40.362,10	37.267,89	92,33	32.318,04	80,07%	32.318,04	80,07%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Observando que a Ação 1642 compõe-se de várias atividades, a superação da meta se deu apenas com a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola de Boa Vista dos Negros (Parelhas/RN), que possui 445 hectares. Porém, foram executadas outras atividades que não contam para o atingimento da meta, tais como:

- Viagem ao Quilombo de Boa Vista dos Negros para entrega formal da Portaria de Reconhecimento de seu território;
- Reunião no Quilombo de Capoeiras (Macaíba/RN), a pedido da comunidade, para atualização sobre o seu processo de regularização do território e esclarecimento de dúvidas sobre o mesmo;
- Viagem ao Quilombo de Capoeiras para notificação de não-quilombola;
- Reunião no Quilombo de Acauã (Poço Branco/RN), a pedido da comunidade, para tratar da situação de proprietário não-quilombola inserido no território;
- Viagem ao Quilombo de Macambira (Lagoa Nova/RN) para notificação de confinantes não-quilombolas e reunião para esclarecimento de dúvidas sobre o processo;
- Viagem a campo de equipe para avaliação dos imóveis de não-quilombolas inseridos no Território Quilombola de Acauã, o trabalho resultou na avaliação de seis imóveis, totalizando 364 hectares;
- Viagem a campo de equipe para avaliação de imóvel de não-quilombola inserido no Território Quilombola de Jatobá (Patu/RN);
- Publicação de Edital de Notificação de não-quilombola para contestação do RTID do Território Quilombola de Macambira;
- Produção de parecer sobre contestação administrativa interposta por interessado não-quilombola, impugnando o RTID do Território Quilombola de Macambira;
- Produção de Conjunto Portaria do Território Quilombola de Capoeiras;
- Produção de Conjunto Decreto do Território Quilombola de Boa Vista dos Negros;
- Viagem a Pau dos Ferros/RN para oficialização de cartório e ingresso em juízo de Ações Desapropriatórias contra os proprietários não-quilombolas inseridos no Território Quilombola de Jatobá (Patu/RN).

O valor empenhado não foi utilizado em sua integralidade, porque foram previstas no orçamento, atividades a serem desenvolvidas após a publicação do Decreto Desapropriatório do Território Quilombola de Boa Vista dos Negros pela Presidência da República (etapa seguinte a publicação da Portaria de Reconhecimento pelo INCRA), o que não ocorreu até hoje (03/2012), mesmo tendo a Portaria de Reconhecimento sido publicada em fevereiro de 2011.

Não há impacto significativo do cumprimento das metas nas ações de médio e longo prazo da Unidade, uma vez que o processo de regularização de territórios quilombolas é complexo, demorado e não depende somente do INCRA para sua conclusão, e, dessa maneira, não há como garantir que a superação das metas em 2011 resultará em algo positivo para a consecução dos objetivos a médio e longo prazo assumidos pelo Serviço Quilombola (F-4) da SR-19/RN.

A meta foi largamente superada com a simples publicação de uma Portaria de Reconhecimento (não se despendem recursos para isso), o que, dessa forma, podemos inferir que as metas propostas e os indicadores de execução, não estão adequados à natureza do processo de regularização de territórios quilombolas.

2.2.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1336.0859	-	-	Área Indenizada	267	221	0	221	82,78%	46

Fonte: SIR16/02/2012

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
40.072,00	173.839,60	173.839,60	100%	173.838,70	99,99%	173.838,70	99,99%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

A diferença de 46 hectares entre a meta prevista na Proposta de Orçamento de 2011 e a execução total, corresponde à parte do Território Quilombola de Jatobá, que os próprios quilombolas estão ocupando e não é passível de indenização. Ou seja, o valor a ser considerado como 100% da meta deveria ser 221 hectares, tendo em vista que é o somatório das áreas de propriedade de não-quilombolas e quilombolas com direito à indenização inseridos no território, e não 267 hectares, que equivale à área total do quilombo.

Considerando e corrigindo este pequeno equívoco, pretende-se agora que o índice de execução seja revisto e alterado para 100% da meta, o que também justifica os 100% de utilização dos recursos, uma vez que todas as ações desapropriatórias foram devidamente ajuizadas e o depósito judicial dos valores correspondentes às avaliações dos imóveis executado.

O cumprimento da meta estabelecida impacta positivamente nas ações de médio e longo prazo da SR-19 no que tange as ações quilombolas, considerando que o ajuizamento das ações desapropriatórias tempestivamente representou um grande avanço para a titulação do Território Quilombola de Jatobá, a qual pretende-se para o ano de 2012.

2.2.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Principais Ações do Programa

2.2.7.1 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.364.1350.8370	A	3	Prof. Formado	50	51	0	51	102%	0

Fonte: SIR 16/02/2012

Quanto à execução física das ações, informa-se que a meta prevista para 2011 era a continuidade da formação de 51 licenciandos em Pedagogia da Terra, dentre os 60 estudantes que iniciaram o curso ainda em 2007. Vale ressaltar que esse curso era financiado através do Convênio CRT/RN/Nº 39.000/2006, mas, devido a problemas de ordem jurídica, ficou paralisado de 2008 a 2010, sendo retomado somente em agosto de 2010, onde fora realizado destrato do Termo de Convênio e celebrado de Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para a conclusão do curso. No decorrer de 2011 mais 05 (cinco) alunos evadiram-se do curso, restando então 46 alunos para 2012. Considerando a natureza dessa ação (contínua), sugerimos atenção na mensuração dos percentuais consolidados, uma vez que, naturalmente, a execução das metas não se processa segundo as fórmulas matemáticas constantes nas tabelas acima.

Relativamente à execução orçamentário-financeira, destaca-se que, por se tratar de Termo de Cooperação celebrado entre o INCRA/RN e a UFRN, o repasse se deu mediante destaque orçamentário realizado diretamente pelo INCRA SEDE, cabendo à SR-19 tão-somente a instrução do processo administrativo e o acompanhamento das ações. Do total liberado (R\$ 229.417,36), R\$ 70.821,63 não foram aplicados e a entidade cooperada devolveu tal valor ao INCRA.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

Promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.200,00	9.670,00	9.325,26	96,43%	7.975,26	82,47%	7.975,26	82,47%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
5.513,78	1.780,82	3.732,96	0

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Os recursos previstos para a Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, propiciaram a realização de viagens de campo para acompanhamento das atividades relativas aos cursos em execução e outros já concluídos (mas com pendências junto aos demais setores da SR-19), bem como a participação de técnicos da SR-19 em eventos de capacitação promovidos pelo INCRA SEDE (mediante o pagamento de diárias e passagens aéreas).

2.2.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Principais Ações do Programa

2.2.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d)

assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família Assistida	2.399	0	0	0	0	2.399

Fonte: SIR 16/02/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
4.243.369,51	1.202.934,64	873.088,15	2.167.346,72

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Esta Superintendência Regional realizou Chamada Pública, conforme a Lei nº 12.188/2010, onde foram ofertados 27 (vinte e sete) lotes compostos por 243 (duzentos e quarenta e três) projetos de assentamento federal sob a jurisdição desta SR-19, no intuito de possibilitar o atendimento a 16.733 (dezesesseis mil e setecentos e trinta e três mil) famílias, em todas as regiões/territórios do RN, a um custo estimado de R\$ 21.939.214,64 (vinte e um milhões, novecentos e trinta e nove mil, duzentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos), meta muito superior a estabelecida na Programação Orçamentária para o exercício de 2011, que era o atendimento de 2.399 (duas mil e trezentos e noventa e nove) famílias com um orçamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Ambicionou-se universalizar o serviço de ATER para as famílias assentadas no RN.

Como resultado da referida Chamada Pública, materializou-se apresentação de propostas em 18 (dezoito) lotes, sendo recepcionadas no INCRA/RN 22 propostas (onde alguns lotes tiveram concorrência), sendo que, considerando a reduzida equipe de servidores e o nível de detalhamento a ser utilizado na análise, esta só fora concluída já no presente exercício (2012), então não foi possível a contratação de nenhuma prestadora de serviços no exercício 2011, chegando-se ao término do exercício de 2011 sem nenhuma família atendida com ATER pelo INCRA/RN.

Ainda com relação a citada Chamada Pública, apenas uma empresa fora classificada para a execução de serviços de ATER para 01 (um) lote, composto por 14 projetos de assentamentos contendo num total 792 (setecentas e noventa e duas) famílias. Atualmente encontramos-nos em processo de adoção das medidas administrativas para a contratação, que deverá se materializar com o uso dos recursos orçamentários previstos para o exercício de 2012, não contando, pois, para a meta do exercício de 2011.

Percebeu-se uma relativa falta de interesse de prestadoras de assistência técnica em desenvolver suas atividades em algumas regiões do nosso estado, como, por exemplo, na região Seridó, além de certa falta de cuidado na confecção das propostas entregues pelas concorrentes ao INCRA/RN, a medida que a grande maioria das propostas foram eliminadas pela ausência de documentos/comprovantes simples, mas necessários por exigência do Edital.

Em relação aos valores inscritos em Restos a Pagar (RAP), informamos que os mesmos referem-se a empenhos firmados em exercícios anteriores para a execução de tais serviços, sendo que os contratos com as empresas executoras encerraram-se e que encontramos-nos em processo de análise e pagamento das últimas atividades executadas e comprovadas/fiscalizadas, e que já estão sendo adotadas providências no sentido de formalizar Termos de Recebimento Definitivos dos serviços efetivamente realizados para posterior anulação dos saldos dos empenhos que não mais serão utilizados.

Em conclusão, informamos que o Edital para a contratação de prestadoras de serviços de ATER já encontra-se em fase de revisão/re-elaboração para ser novamente lançado, visando cumprir com as metas institucionais previstas na Programação Orçamentária do exercício 2012.

2.2.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.000,00	20.269,40	20.228,95	99,80%	17.059,47	84,16%	17.059,47	84,16%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
12.729,14	11.753,99	0	975,15

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Conforme pode-se perceber, a provisão recebida por esta SR-19 foi muito inferior ao previsto na Programação Orçamentária.

Os valores liquidados foram utilizados no pagamento de diárias para a fiscalização de atividades realizadas em exercícios anteriores e até então não fiscalizadas (visando auferir as condições necessárias para o pagamento destas atividades), no pagamento de parte dos valores de locação de viaturas realizado por esta SR e no combustível utilizado pelas mesmas e no rateio de despesas administrativas para a manutenção da sede.

2.2.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Leilianne Duarte Gurgel D'Avila

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Principais Ações do Programa

2.2.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e

disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.704.401,00	2.107.959,60	2.107.539,48	99,98%	1.232.168,64	58,45%	1.232.168,64	58,45%

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.497.673,97	586.642,69	870.587,73	40.443,55

Fonte: SIAFI GERENCIAL 30/01/2012

Os recursos disponibilizados nessa ação novamente priorizaram, principalmente, os compromissos assumidos pela autarquia junto aos credores dos contratos de duração continuada, bem como o custeio das despesas operacionais concernentes ao funcionamento da unidade e de suporte para o desempenho das atividades das áreas finalísticas. Contudo, de modo específico, no exercício de 2011, cerca de um terço destes recursos custeou as ações voltadas para futura mudança da sede desta superintendência, perfazendo uma média de 30% das despesas empenhadas.

Nesse contexto, os recursos do exercício de 2011 foram aplicados na execução de várias despesas tais como: diárias de servidores; aquisição de materiais de expediente e permanente; aquisição e emprego de outros materiais destinados à manutenção dos bens móveis e imóveis/instalações; passagens aéreas para deslocamento dos servidores; prestação dos serviços de manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis; serviços de comunicação em geral; telecomunicações; consumo de água tratada e canalizada e respectivo serviço de esgoto; consumo de energia elétrica; aquisição de gêneros alimentícios; pagamento de taxas em razão do poder de polícia e de obrigações tributárias e contributivas em geral; continuidade das obras de instalação da nova sede administrativa, sendo implementadas as benfeitorias de acessibilidade e a aquisição de divisórias para otimização e individualização do seu espaço interno.

Destacaram-se os gastos com locação de mão-de-obra (natureza de despesa 339037), em média 50% das despesas empenhadas, fato este explicável pela repactuação de valores de alguns contratos, já que os quantitativos contratados permaneceram idênticos aos do ano anterior; com serviços de terceiros pessoa jurídica (natureza de despesa 339039), em média 17%; e com obras e instalações (natureza de despesa 449051), em média 30%.

Os gastos acima destacados foram decorrentes na natureza de despesa 339037, da existência de 4 (quatro) contratos administrativos de terceirização de mão de obra, compreendendo um total geral de 38 (trinta e oito) pessoas, assim discriminados: 1 (um) analista sênior, 1 (um) técnico de manutenção de hardware, 1 (um) administrador de redes, 7 (sete) operadores de internet, 13 (treze) operadores de micro, 01 (um) operador de máquina xérox, 9 (nove) vigilantes, 5 (cinco) auxiliares de serviços gerais; na natureza 339039, de 4 (quatro) contratos celebrados no âmbito das telecomunicações, sendo dois de telefonia fixa (longa e curta distância) e dois de telefonia móvel (longa e curta distância), um contrato de manutenção das instalações prediais, um contrato para fornecimento de energia elétrica e outro para abastecimento de água tratada e encanada nos três prédios de propriedade desta Regional, outro de dedetização, desratização e descupinização, dois contratos de manutenção de veículos (um na capital e outro no interior); e quanto às despesas na natureza 449051, deve-se, na maior parte, às obras de instalações já citadas para a nova sede.

Por oportuno, aduzimos que houve significativa redução na diferença entre o valor empenhado e o liquidado nesta ação relativamente ao exercício anterior, sendo a maior parcela dos recursos inscritos em restos a pagar decorrente das despesas empenhadas para custear as ações necessárias à mudança da sede administrativa, sem liquidação, uma vez que a prestação do serviço e/ou entrega do material não foi realizada por completo até o final do exercício. Outrossim, houve algumas outras despesas de caráter continuado que não puderam ser pagas até o fim do ano de 2011, ou por entrega tardia das faturas e documentos instrutórios do pagamento ou por não conclusão da prestação do serviço, resultando, também, na inscrição destes empenhos em restos a pagar.

Por fim, cumpre informar que durante todo o exercício de 2011 tivemos novamente dificuldade para quitação dos compromissos assumidos, haja vista os cortes no orçamento e a descentralização tardia dos recursos tanto orçamentários como financeiros, ocasionando transtornos operacionais e descrédito junto aos contratantes.

2.2.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família	210	225	0	225	107%	0
21.631.0135.8387	A	3	Hectares	17.000	1.729,50	2.883,10	4.612,63	27,13%	12.387,37
21.631.0135.8374	A	3	Licença Protocolada	45	45	0	45	133%	0
21.631.0135.4460	A	3	Hectares	3.800	0	0	0	0%	3.800
21.631.0137.8396	A	3	Família	715	0	7.711	7.711	1.078,5%	0
21.631.0137.8398	A	3	Família	57	0	878	878	1540%	0
21.691.0137.4320	A	3	Família	01	0	1.764	1.764	1.764%	01
21.631.0137.4358	A	3	Documento Expedido	68	387	0	387	569%	0
21.631.0137.10YN	A	3	Projeto Consolidado	0	0	0	0	0	0
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade	0	0	0	1.437	1.437%	0
21.631.0137.0427	OP	3	Família	5.908	8.830	310	9.104	154,7%	0
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	2.642	3.063	0	3.063	115%	0
21.127.0138.4426	A	3	Hectares	0	681.186,68	22.667	703.852,68	682%	0
21.631.0138.2110	A	3	Imóvel Regularizado	98	0	701	701	715%	0
21.128.0139.4572	A	3	Servidor Capacitado	50	33	02	35	70%	15

21.631.1120.2109	A	3	Família	0	0	8.214	8.214	8.214%	0
21.127.1336.1642	P	3	Comunidade	227	445	0	445	196%	0
21.631.1336.0859	OP	-	Área Indenizada	267	221	0	221	82,78%	46
21.3661.1350.8370	A	3	Prof.Formad o	50	51	0	51	102%	0
21.606.1427.4470	A	3	Família	2.399	0	0	0	0	2.399

2.3 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.3.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Regional do Rio Grande do Norte	373046	37201

2.3.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes								
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes				
			Exercícios		Exercícios		Exercícios				
2011		2010		2011		2010		2011		2010	
LOA	Dotação proposta pela UO										
	PLOA										
	LOA										
CRÉDITOS	Suplementares										
	Especiais	Abertos									
		Reabertos									
	Extraordinários	Abertos									
		Reabertos									
	Créditos Cancelados										
Outras Operações											
Total			0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte:

2.3.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.5

Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte: siafi

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.3.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.⁶
Valores em R\$

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0

Fonte: siafi

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Recebidos	373001	492012112201352272	-	-	20.215,60
			492012112201372272	-	-	857.703,89
			492012112201382272	-	-	131.159,37
			492012112207502000	6.919,71	-	1.458.079,59
			492012112213502272	-	-	9.670,00
			492012112214272272	-	-	20.269,40
			492012112501382105	-	-	25.636,00
			492012112701384426	-	-	7.641,62
			492012112713361642	-	-	40.362,10
			492012112801394572	-	-	65.088,62
			492012142214338402	-	-	54.689,24
			492012163101358374	-	-	187.053,58
			492012163101358384	-	-	12.141,00
			492012163101358387	-	-	81.577,00
			492012163101372B06	-	-	24.647,95
			492012163101374358	-	-	4.825,00
			492012163101378398	-	-	21.000,00
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital

Interna	Recebidos	373001	492012112201382272	491.956,50	-	-
			492012112207502000	642.960,30	-	-
			492012163101354460	-	189,51	-
			492012163101370427	-	30.219.100,00	-
			492012163113360859	-	173.839,60	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema SIAFI

1 – Todos os Créditos utilizados por nossa Unidade Jurisdicionada foram oriundos de provisões recebidas da Sede.

2 – Pela análise de tais valores observamos que 87% dos valores recebidos foram destinados a concessão de crédito aos assentados de reforma agrária.

3 – Um dos entraves observados na execução dos recursos transferidos é a descentralização das provisões de forma intempestiva, o que dificulta o cumprimento de parte dos contratos firmados, causando por vezes interrupção no fornecimento atraso na entrega dos produtos/serviços.

2.3.4 Execução Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	2.922.758,15	3.965.127,78	1.414.755,67	1.916.365,53
Convite	81.137,30	42.620,00	12.898,80	-
Tomada de Preços	-	444.378,47	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.841.620,85	3.478.129,31	1.401.856,87	1.916.365,53
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	304.961,38	500.595,91	237.268,73	427.799,65
Dispensa	86.565,55	221.924,49	52.990,09	221.924,49
Inexigibilidade	218.395,83	278.671,42	184.278,64	205.875,16
Regime de Execução Especial	3.793,54	2.464,66	3.793,54	2.464,66
Suprimento de Fundos	3.793,54	2.464,66	3.793,54	2.464,66
Pagamento de Pessoal	-	1.608.394,01	-	1.604.241,10
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	1.608.394,01	-	1.604.241,10
Outros	31.303.975,58	18.341.743,62	3.297.185,68	4.215.790,07
Totais	34.535.488,65	24.418.325,98	4.953.003,62	8.166.661,01

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Despesa Empenhada			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	6.919,71
08 - Outros Benefícios Assistenciais	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	6.919,71
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	5.310.846,44	3- Outras Despesas Correntes	3.007.565,67
14 - Diárias P. Civil	1.608.394,01	37 – Locação de Mão- de -Obra	1.055.172,30
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.602.689,17	14 – Diárias – P. Civil	696.711,96
37 - Locação de Mão-de-Obra	930.236,38	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	602.428,02
Demais elementos do grupo	1.169.526,88	Demais elementos do grupo	653.253,39

Despesa Liquidada			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	6.919,71
1º elemento de despesa	-	08 - Outros Benefícios Assistenciais	6.919,71
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	5.310.846,44	3- Outras Despesas Correntes	2.529.943,54
14 - Diárias P. Civil	1.608.394,01	37 - Locação de Mão-de-Obra	860.743,80
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.602.689,17	14 - Diárias P. Civil	696.711,96
37 - Locação de Mão-de-Obra	930.236,38	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	461.023,49
Demais elementos do grupo	1.169.526,88	Demais elementos do grupo	511.464,29

RP Não Processados			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	7.263.998,13	3- Outras Despesas Correntes	477.622,13
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.538.005,89	37 - Locação de Mão-de-Obra	194.428,50
41 - Contribuições	1.391.749,32	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	141.404,53
30 – Material de Consumo	113.755,79	30 – Material de Consumo	101.939,41
Demais elementos do grupo	220.487,13	Demais elementos do grupo	39.849,69

Valores Pagos			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
1 – Despesas de Pessoal	-	1 – Despesas de Pessoal	6.919,71
		08 - Outros Benefícios Assistenciais	6.919,71
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	2 – Juros e Encargos da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
3- Outras Despesas Correntes	3.937.202,17	3- Outras Despesas Correntes	2.529.943,54
14 - Diárias P. Civil	1.604.241,10	37 - Locação de Mão-de-Obra	860.743,80
37 - Locação de Mão-de-Obra	824.825,49	14 - Diárias P. Civil	696.711,96
39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	568.653,89	39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	461.023,49
Demais elementos do grupo	939.481,69	Demais elementos do grupo	969.289,47

Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$

Despesa Empenhada			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	933.426,45	4 - Investimentos	1.134.916,80
52 - Equipamentos e Material Permanente	890.806,45	51 - Obras e Instalações	1.134.916,80
51 - Obras e Instalações	42.620,00	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	18.174.053,09	5 - Inversões Financeiras	30.393.006,18
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	17.074.000,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	30.219.100,00
61 - Aquisição de Imóveis	1.100.053,09	61 - Aquisição de Imóveis	173.906,18
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Despesa Liquidada			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	933.426,45	4 - Investimentos	36.254,80
52 - Equipamentos e Material Permanente	890.806,45	51 - Obras e Instalações	36.254,80
51 - Obras e Instalações	42.620,00	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	18.174.053,09	5 - Inversões Financeiras	2.386.805,28
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	17.074.000,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.212.900,00
61 - Aquisição de Imóveis	1.100.053,09	61 - Aquisição de Imóveis	173.905,28
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

RP Não Processados			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	9.343.746,37	4 - Investimentos	1.098.662,00
41 - Contribuições	8.453.474,97	51 - Obras e Instalações	1.098.662,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	708.712,20	2º elemento de despesa	-
51 - Obras e Instalações	181.559,20	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	25.436.518,50	5 - Inversões Financeiras	28.006.200,90
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	25.193.100,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	28.006.200,00
61 - Aquisição de Imóveis	243.418,50	61 - Aquisição de Imóveis	0,90
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Valores Pagos			
Exercícios			
2010		2011	
Grupos de Despesa	Valor	Grupos de Despesa	Valor
4 - Investimentos	177.824,25	4 - Investimentos	36.254,80
52 - Equipamentos e Material Permanente	177.824,25	52 - Equipamentos e Material Permanente	36.254,80
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
5 - Inversões Financeiras	4.051.634,59	5 - Inversões Financeiras	2.386.805,28
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	3.195.000,00	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.212.900,00
61 - Aquisição de Imóveis	856.634,59	61 - Aquisição de Imóveis	173.905,28
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-
6 - Amortização da Dívida	-	6 - Amortização da Dívida	-
1º elemento de despesa	-	1º elemento de despesa	-
2º elemento de despesa	-	2º elemento de despesa	-
3º elemento de despesa	-	3º elemento de despesa	-
Demais elementos do grupo	-	Demais elementos do grupo	-

Fonte: Sistema SIAFI

Análise Crítica:

1 – Os quadros deste item foram adequados em relação ao Modelo apresentado na Portaria TCU nº 123/2011, para possibilitar o fornecimento das informações requeridas, posto que o referido modelo não contemplou cenários em que houvesse alterações na predominância dos gastos por elementos de despesa nos exercícios de 2010 e 2011.

2 – Fatores que contribuíram para a execução orçamentária, principalmente nas Funções Administrativas, foi a manutenção de contratos de terceirização e nas áreas de vigilância e limpeza, bem assim de recepcionistas, digitadores e pessoal de informática, os quais são fundamentais para o

andamento dos serviços oferecidos por esta Unidade.

3 – A redução dos valores pagos como diárias – Elemento 14 de 2010 para 2011, no percentual de 57%, em função das exigências do Decreto 7446/2011, de 01/03/2011, implicou em economia de recursos mais em detrimento de limitações das ações contingenciadas no exercício de 2011.

4 – Predominância da execução direta na modalidade Pregão, destinados a aquisição de material de expediente e contratação de serviços terceirizados, considerados comuns, modalidade esta que comprovadamente é a que gera mais economia para o Setor Público.

5 – Os Gastos com outros (Modalidade de Licitação) são referentes a incentivo a produção nos assentamentos, bem assim despesas com Aquisição de imóveis e concessão de créditos aos beneficiários da reforma agrária.

6 – Verificasse que em 2010 e 2011 as despesas na modalidade de suprimento de fundos atingiram 0,01 do total da despesa liquidada nesses exercícios, sendo utilizados para fazer face a despesas de pequeno vulto e abastecimento de viaturas deslocadas em serviço.

7 – Observamos uma melhoria na sistemática de distribuição dos recursos de 2010 para 2011, sendo que não resultou diretamente num reflexo positivo para a celeridade dos procedimentos em função de outro problema que é a carência de pessoal e de servidores com interesse em atuar nas áreas meio do Órgão.

2.4 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☐ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	70%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês	74,31%

	descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Estaduais de Certificação Estaduais.	
							☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo	Superintendência a Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e	10%

	assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					100.	SISTERLEG.	
Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	0%
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício,	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias	34%

	em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	Estaduais de Meio Ambiente.	
							☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	72%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR	0%

	aprovados pelo INCRA					Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	0%

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	628
---	--	----------------------------------	----------	---------------	----------	--	--	-----

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	0%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	--
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do	Superintendência/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0%

	artigo 11 da IN 47/2008.					IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.		
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	☐ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	27%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da	10,76h/f

							Autarquia.	
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	12%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	54%

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212192200 Deb. Diversos por insuf. De Créditos/Recursos					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
373046	06292496000109	-	68.954,88	68.954,88	-
373046	08469280000193	-	-	3.575,00	3.575,00
373046	33530486000129	-	5.798,09	5.798,09	-
373046	35286707000190	-	12.898,80	12.898,80	-
373046	01419161000187	-	23.356,00	23.356,00	-
Razões e Justificativas: As obrigações acima foram reconecidas por falta de disponibilidade orçamentária por parte do Órgão central para fazer face ao pagamento de obrigações assumidas em contrato de locação de veículos (Processo 54330.000964/2011-14); Continuidade de Prestação de Serviços de Telefonia após expiração do prazo contratual, o qual recebeu Parecer adverso da Assessoria Jurídica para sua prorrogação (Processo 54330.001049/2011-38); Despesas inscritas em Restos a Pagar e cancelada, mas apurado e vigente o direito do credor (Processo 54330.000489/2008-72); e Contratos firmados para realização de obras da nova Sede do INCRA em classificação em classificação de despesa indevida (Processos 54330.001120/2010-00 e 54330.000640/2011-78).					

Fonte: Sistema SIAFI

Análise Crítica:

1 - Os passivos reconhecidos oneraram em sua maioria (97%) o Orçamento do Exercício de 2011, sendo que pela materialidade dos valores envolvidos não comprometeram a execução orçamentária e financeira, bem assim não se vislumbra reflexos negativos na execução orçamentária e financeira dos exercícios seguintes.

2 – Os Passivos foram reconhecidos em cumprimento ao princípio da Competência dos exercícios e para que seja evidenciada a correta situação das obrigações da entidade, independentemente da forma com que as referidas obrigações foram contraídas.

3 – Pelos registros apresentados identificamos que:

3.1 - Uma parte dos fatos que ensejaram os registros de reconhecimentos dos passivos, poderiam ter sido evitados caso a estrutura da Unidade tivesse um Fluxo estabelecido para a Autorização de Despesas que contemplasse a indicação dos créditos orçamentários por um Setor especializado,

como por exemplo Núcleo de Planejamento. Como não existe este Setor, as Despesas são imputadas a dotações impróprias o que tem impedido o pagamento das mesmas.

3.2 – Os outros fatos ensejadores dos registros como a falta de disponibilização dos recursos de forma tempestiva e a não Prorrogação dos Contratos, tendo em vista Parecer Jurídico contrário, não temos como fatos previsíveis, posto que dependem de eventos incertos, como por exemplo o contingenciamento de recursos pelo Tesouro ou mesmo interpretação diferente para fatos idênticos em função da superveniência de uma norma ou mesmo de decisões novas a respeito da matéria.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	2.688,65	-	-	2.688,65
2009	2.524,40	-	-	2.524,40
2010	4.310,41	-	-	4.310,41
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	21.371.178,55	1.321.464,83	19.632.113,72	417.600,00
2008	18.181.308,62	1.331.881,66	9.278.015,96	7.571.411,00
2009	23.717.225,81	5.209.905,29	8.971.702,67	9.535.617,85
2010	16.247.354,56	1.189.325,92	4.376.111,02	10.681.917,62
Observações: Os pagamentos de Restos a Pagar do exercício de 2007 foram realizados com base no Decreto Presidencial nº 7.468/2011, de 28/04/2011.				

Fonte: Sistema SIAFI

Análise Crítica

- 1 Valores de restos a pagar dos exercícios de 2007, 2008, 2009 e 2010 permanecem inscritos, face a existência de contratos e convênios plurianuais, bem assim de recursos empenhados para a concessão de créditos aos beneficiários do programa de Reforma Agrária executado por esta Superintendência.
- 2 Em Relação aos saldos a pagar de 2007, 2008 e 2009 continuam inscritos face ao amparo legal concedido por meio do Decreto Presidencial nº 7.468, de 28/04/2011.
- 3 A Unidade vem tentando promover uma política de execução financeira com ênfase na Ordem cronológica dos compromissos assumidos, com preferência para os restos a pagar mais antigos;

- 4 Com relação à permanência de valores irrisórios inscritos em Restos a Pagar a Unidade deverá realizar um estudo visando a depuração de tais valores, com vistas a possibilitar a permanência apenas daqueles efetivamente devidos.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 .Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		128	1	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		128	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		122	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		6	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		128	1	4

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	

5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: Recursos Humanos SR/19

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	14	8	6
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		14	8	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		9	5	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	1	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo		4	2	1
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	0	2	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	16	8	6

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	4	22	24	45	21
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	4	22	24	45	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão	2	6	3	3	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	6	3	3	2
2.3. Funções gratificadas				1	1
3. Totais (1+2)	6	28	27	48	23

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo			12		47	57			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			12		47	57			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provedimento de cargo em comissão					4	12			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	12			
2.3. Funções gratificadas					2				
3. Totais (1+2)			12		51	69			
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	54	1
1.1 Voluntária	46	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	8	1
1.4 Outras		
2. Proporcional	34	0
2.1 Voluntária	34	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	88	1

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	22	0
1.1. Integral	12	0
1.2. Proporcional	10	3
2. Em Atividade	6	3
3. Total (1+2)	28	0

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	5	5	5	5	28.948,90
1.1 Área Fim	0	0	0	0	466,92
1.2 Área Meio	5	5	5	5	28.481,98
2. Nível Médio	4	4	4	4	15.767,88
2.1 Área Fim	2	2	2	2	7.883,94
2.2 Área Meio	2	2	2	2	7.883,94
3. Total (1+2)	9	9	9	9	44.716,78

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 - Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Valores em R\$

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri- buiçõe s	Gratifi- cações	Adicio- -nais	Indenizaçõ es	Benefícios Assistenciai s e previdenciá rios	Demai s despes as variáv eis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercí- cios	2011	7.377.870,30		632.355,92	221.967,31	748.357,65	1.068.758,14		9.346,23	33.022,47	9.571.427,16
	2010	7.204.802,39		635.508,73	197.547,21	1.568.437,30	830.126,14		5.848,12	35.223,18	10.477.493,07
	2009	7.029.058,19		635.250,70	217.129,15	1.136.969,57	455.025,60		9.346,23	88.647,73	9.571.427,16
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											

Exercícios	2011					0,00					0,00
	2010					3.861,71					3.861,71
	2009					0,00					0,00
Servidores CLT ANISTIADOS											
Exercícios	2011					0,00					0,00
	2010					4.835,50					4.835,50
	2009					13.491,58					13.491,58
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											

Exercícios	2011		282.593,82			56.881,25					339.475,07
	2010		290.345,93			75.364,68					365.710,61
	2009		312.023,40			79.153,31					391.176,71
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011		15.156,36			5.687,80					23.565,81

	2010		15.072 ,13			11.380,62					26.452,75
	2009		14.131 ,89			9.433,92					23.565,81

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO NORTE													
UG/Gestão: 373046/37201						CNPJ: 00.375.972/0018-09							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	CRT/RN/11.000	03.116.706/0001-01	07/07/2010	06/07/2012	5	5					P
2008	V	O	CRT/RN/14.000	02.141.823/0001-62	28/11/2008	27/11/2012			9	9			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Divisão Administrativa SR/19

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO RIO GRANDE DO NORTE													
UG/Gestão:373046/37201					CNPJ: 00.375.972/0018-09								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	CRT/RN/9.000/10	07.855.231/0001-26	26/05/2010	25/05/2012			21	21	2	2	P
2010	8	O	CRT/RN/10.000/10	00.544.298/0001-09	26/05/2010	25/05/2012			1	1			P
Observações:													
Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras LEGENDA Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INCRA - Superintendência Regional/RN									
CNPJ: 00375972/0018-09					UG/GESTÃO: 373046				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento (SIAFI)	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	526520	02690210000184	1.257.900,76	123.035,95	-	452.980,41	05/07/2005	30/12/2011	1
1	526524	02301951000126	2.132.574,38	201.531,43	-	740.708,50	05/07/2005	30/12/2011	1
1	526542	01587525000138	1.390.980,84	128.696,39	-	489.577,75	05/07/2005	30/12/2011	1
1	526724	02690821000122	926.069,24	90.954,82	-	299.414,14	05/07/2005	30/12/2011	1
1	533579	01110987000160	1.554.628,46	148.709,26	-	700.446,16	05/07/2005	30/12/2011	1
1	527093	02472875000111	1.958.100,81	197.609,70	-	1.092.542,71	05/07/2005	30/06/2012	1
1	533930	01429128000138	1.179.746,08	114.608,08	-	621.634,03	15/12/2005	30/12/2011	1
1	526391	01803041000189	1.043.684,80	120.178,75	-	923.069,69	05/07/2005	30/06/2012	1
1	593194	01066896000174	2.895.690,40	289.569,03		2.195.036,93	08/08/2007	28/09/2011	1

					-				
1	518222	02512662000176	1.515.254,52	148.578,65	-	498.368,37	31/12/2004	30/12/2011	1
1	540977	02307850000162	1.224.464,66	157.971,74	-	451.533,96	28/12/2005	29/06/2011	1
1	541089	08258295000102	1.445.478,38	85.823,38	-	1.359.655,00	29/12/2005	31/03/2011	1
1	541169	08258295000102	867.781,48	47.049,48	-	820.732,00	30/12/2005	31/03/2011	1
1	577585	08469280000193	792.000,00	72.000,00	-	360.000,00	26/12/2006	26/12/2011	1
1	577604	08469280000193	912.280,00	77.800,00	228.000,00	606.480,00	26/12/2006	27/01/2012	1
1	601055	04792170000107	6.111.660,00	1.222.332,00	-	4.875.571,22	28/12/2007	31/12/2012	1
1	700474	08282865000108	8.973.505,83	897.350,68	-	1.607.550,15	16/12/2008	25/3/2012	1
1	701420	08272049000105	3.076.309,47	307.630,95	422.892,84	1.422.892,84	19/12/2008	25/3/2012	1
1	702258	06068973000149	487.320,00	24.600,00	-	283.220,00	30/12/2008	25/3/2012	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Sistema SIAFI e site: <http://www.transparencia.gov.br/convenios>

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INCRA - Superintendência Regional/RN					
CNPJ:	00375972/0018-09					
UG/GESTÃO:	373046					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0	0	650.892,84	1.701.760,00	6.916.988,98
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
Totais	0	0	0	650.892,84	1.701.760,00	6.916.988,98

Fonte: Sistema SIAFI e site: <http://www.transparencia.gov.br/convenios>

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:				UG/GESTÃO:	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	7	19.715.358,83	11.462.219,45	8.253.139,38	58%
Contrato de Repasse	0				
Termo de Cooperação	0				
Termo de Compromisso	0				
Totais	7	19.715.358,83	11.462.219,45	8.253.139,38	58%

Fonte: Sistema SIAFI e site: <http://www.transparencia.gov.br/convenios>

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

VALORES EM R\$

Unidade Concedente					
Nome: INCRA - Superintendência Regional/RN					
CNPJ: 00375972/0018-09			UG/GESTÃO: 373046/37201		
Exer cício da prest ação das cont as	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Coopera ção	Contratos de Repasse
2011	Ainda no Prazo de Prestação de Contas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Com Prazo de Prestação de Contas Vencido	Contas Prestadas	Quantidade	2	0
			Montante Repassado (R\$)	329.023,00	-
		Contas não Prestadas	Quantidade	5	0
			Montante Repassado (R\$)	3.570.335,96	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado (R\$)	163.164,61	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado (R\$)	493.591,17	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado (R\$)	614.083,03	-	-
Ante riore s a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3	0	0
		Montante Repassado (R\$)	4.655.725,70	-	-

Fonte: Sistema SIAFI e site: <http://www.transparencia.gov.br/convenios>

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$

Valores em R\$

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INCRA - Superintendência Regional/RN					
CNPJ: 00375972/0018-09			UG/GESTÃO: 373046/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0	0
			Contas Não analisadas	0	0
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3	0
			Quantidade Reprovada	3	0
			Quantidade de TCE	3	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	0
			Montante repassado (R\$)	329.023,00	-
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	0
		Montante repassado (R\$)		163.164,61	-
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		30	0
		Montante repassado		16.852.592,52	

Fonte: Sistema SIAFI e site: <http://www.transparencia.gov.br/convenios>

Análise Crítica

Foi dada continuidade no âmbito desta Superintendência Regional do INCRA-RN em cumprimento a determinação da SEDE do Órgão, as atividades do Grupo de Trabalho instituído para dar encaminhamento/analizar os Processos de transferências voluntárias firmados no âmbito

desta Superintendência, com prazo vencido, nas situações de A Aprovar; A Comprovar, Inadimplência Efetiva.

A Constituição do Grupo de Trabalho acima referido se deu por meio da Ordem de Serviço OS/60/2011/INCRA/SR-19/G, de 13/09/2011, ambos em decorrência do Acórdão Nº 578/2010 – Plenário/TCU.

Foram encontrados 47 (quarenta e sete) Processos de Convênios vencidos, encerrados até o final dos trabalhos do Grupo. Destes 25 (Aproximadamente 53%) foram avaliados no âmbito do GT e 22 (47%) deixaram de ser analisados.

Dos 25 Processos avaliados, tivemos a solicitação da mudança de situação para 10 (dez) Processos, sendo 01 para mudança de situação de “A Aprovar” para “Aprovado” e 09 de “A Aprovar” para “Inadimplência Efetiva”. Portanto a situação atual no cadastro do SIAFI não retrata o real desempenho do Grupo, considerando que a mesma só será alterada quando houver efetiva autorização do Ordenador de Despesas, após os prazos das diligências porventura efetuadas.

Com a alavancagem realizada pelo citado Grupo de Trabalho, espera-se que a regularização dos Processos seja empreendida com maior agilidade, saneando-se assim, a situação dos convênios vencidos e pendentes de encaminhamento no âmbito desta Superintendência.

Quanto a celebração de novos Convênios, observa-se que nos últimos três exercícios considerados 2009, 2010 e 2011 somente em 2008 a Superintendência do RN firmou Convênios, denotando-se maior concentração dos esforços para a conclusão dos convênios vencidos.

Atualmente cerca de 13 (treze) servidores com formações ligadas aos objetos dos convênios se alternam na fiscalização de 07 (sete) convênios em vigência na Superintendência.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **JONAS LOPES DE OLIVEIRA JÚNIOR**, CPF nº 376.341.944-68, **(ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO)**, exercido na **(SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL)** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

NATAL/RN, 28 de março de 2012.

(VALMIR ALVES DA SILVA)

(222.033.624-72)

(SUPERINTENDENTE REGIONAL)

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	14	16	16
	Entregaram a DBR	14	16	16
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano SR/19

O serviço de Desenvolvimento Humano nesta Superintendência Regional processa o controle de forma manual, recebendo em papel o Recibo de Entrega do Imposto de Renda dos servidores que exercem função/cargo de confiança.

No início do ano 2011, esta Regional detinha apenas 14 (quatorze) cargos preenchidos, pois a nomeação do novo Superintendente Regional e de um assistente técnico estava sendo aguardado.

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				

16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				

· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

10.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Natal	1.225.146,22	1.180.264,60
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		1.225.146,22	1.180.264,60

Fonte: Serviço de Patrimônio SR/19

Esta Superintendência Regional dispõe de três imóveis de uso especial, com endereços nos bairros de Petrópolis, Ribeira e Morro Branco.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regim e	Estado de Conservaç ão	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliaç ão	Valor Reavalia do	Imóvel	Instalaçõ es
SR/1 9	17610027750 01	3	BOM	330.669,2 2	23/09/11	330.669,2 2	8.000,0 0	0,00
SR/1 9	17610022250 01	3	BOM	732.503, 01	28/09/11	732.503,0 1	0,00	39.975,37
SR/1 9	17610022650 03	3	BOM	63.553,37	11/10/11	63.553,37	0,00	0,00
SR/1 9	17610022750 09	3	BOM	71.149,0 9	11/10/11	98.420,92	0,00	0,00
Total							8.000,0 0	39.975,37

Fonte: Patrimônio SR/19

No ano de 2011 os imóveis da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte foram reavaliados sofrendo alteração no seu valor histórico acrescendo economicamente o Patrimônio Público.

É de relatar que o imóvel situado no bairro de Petrópolis, onde atualmente funcionam as atividades administrativas do INCRA/RN sofre necessidades constantes de manutenção por ser um prédio antigo, desta forma, esta SR/19 optou por ter um contrato de manutenção para serviços de pronto atendimento – hidráulica, elétrica, pintura e outros, despendendo o valor de R\$ 39.975,37.

A despesa executada com o terreno localizado no bairro de Morro Branco refere-se a necessidade de efetuar a limpeza do matagal que estava encobrindo toda a área, trazendo riscos à saúde da vizinhança e das pessoas que ali precisam se fazer presentes.

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
Item: Planejamento					
✓ 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada					
✓ 2 - Planejamento Estratégico - – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua					

execução é centralizada

- ✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.

Item: Recursos Humanos de TI

- ✓ 4 - Caso a unidade tenha contrato em vigor de suporte a TI, deve informar o quantitativo . Ex (Adm de rede: XX Técnico de Suporte: XX
- ✓ 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição
- ✓ Item: Segurança da Informação
- ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI
- ✓ 7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição.

Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas

- ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI.
- ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades.
- ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos.
- ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG,

Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

- ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos.
- ✓ 11 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações.
- ✓ 13 – A Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição.

14 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

11. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo pó UG e por Portador

Valores em R\$

Código da UG 1: 373046		Limite de Utilização da UG: 15.137,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO C RIBEIRO	24220116400	350,00	-	-	-
BALTAZAR G OLIVEIRA	14228661491	350,00	-	-	-
DOMINGOS A G SILVA	07298277200	200,00	-	-	-
EDIZIO G AQUINO	10760504415	200,00	-	-	-
FABIO F SILVA	00810806460	350,00	-	-	-
FRANCISCO M OLIVEIR	03459977272	200,00	-	-	-
FRANCISCO S BEZERRA	01290461406	350,00	-	-	-
JOAO F OLIVEIRA	13070924468	200,00	-	-	-
JOSE EDMAR AZEVEDO	06260578253	200,00	-	-	-
JOSE NICOLAU SILVA	04385446415	200,00	-	-	-
JOSE U R DAMASCENO	40784460787	350,00	-	-	-
MANOEL GOMES SILVA	11339012804	200,00	-	-	-
MANOEL M LIRA	19962983487	200,00	-	-	-
MANOEL P M SOBRINHO	03364801215	200,00	-	-	-
MARIA G P LEITE	15590305420	350,00	-	-	-
MARIO M ALMEIDA	42351561449	350,00	-	-	-

MAX V B BARBOSA	04655783494	350,00	-	-	-
MIRIAN ANSELMO LIMA	00832436402	200,00	-	-	-
PAULO JOSE DO MONTE	08531358191	437,00	-	-	-
RAIMUNDO M SOBRINHO	02188996291	4.000,00	-	3.793,54	3.793,54
ROSECLEIDE MEDEIROS	47867736468	200,00	-	-	-
WAGNER R SILVA	89977769672	350,00	-	-	-
WALTER ESTANISLAU	19480300478	5.000,00	-	-	-
ZENIVALDO B ALVES	02677598434	350,00	-	-	-
Total utilizado pela UG		15.137,00	-	3.793,54	3.793,54
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
					-
					-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	3.793,54	3.793,54

Fonte: Sistema SIAFI

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	-	8	3.793,54	3.793,54
2010	0	-	2	2.464,66	2.464,66
2009	0	-	0	-	-

Fonte: Sistema SIAFI

12. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

No decorrer do exercício de 2011, não houve deliberações a esta Superintendência Regional pelo Tribunal de Contas da União/TCU.

13. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Não houve recomendação para esta Superintendência Regional no exercício de 2011.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INCRA - Superintendência Regional/RN		373046	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Saldos em Contas de Compensado, representativas de Transferências Voluntárias concedidas pela nossa Unidade a entidades públicas e privadas, em situação de A Comprovar e A Aprovar a mais de 180 dias. b) Contas a Receber provenientes de créditos concedidos aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária sem providências de efetiva cobrança e controle dos valores devidos. c) Divergência entre os valores dos Bens Imóveis de Uso Especial com os registros do SPIUNET. d) Ausência de Controle das Contas que registram os Contratos Firmados e as Garantias Contratuais recebidas das contratadas. e) Falta de registros de depreciação mensal de bens móveis nos meses de Setembro a Dezembro de 2011 e de reavaliação de bens cujos valores de mercado variaram significativamente em relação aos anteriormente registrados, conforme a Macrofunção 020330 - Manual SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Natal-RN	Data	27 de Março de 2012
Contador Responsável	Jailson Vicente da Silva	CRC nº	RN 006796/O

14. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

15. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Não houve nenhuma movimentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 há.

16. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

As dificuldades desta Superintendência Regional fogem a governabilidade da própria gestão, tendo em vista que se concentra principalmente no fato de encontrar-se com seus recursos humanos bastante reduzido e, por ser Autarquia Federal a decisão para contratação de novos servidores independe do seu gestor.

Outra dificuldade foi o acompanhamento de convênios com prestação de contas vencidas que demandou ações saneadoras que irão continuar no decorrer do ano de 2012.